

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO
1990 A 2005

Maikel Roger Hirao

Florianópolis, fevereiro 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO
1990 A 2005

Monografia apresentada ao departamento de Economia como requisito para a conclusão do curso de Ciências Econômicas.

Por: Maikel Roger Hirao

Orientador: Professora Patrícia Arienti

Área de Pesquisa: Macroeconomia / Comércio Exterior

Palavras – Chaves: 1. Exportações

2. Economia Internacional

3. Comércio Exterior

Florianópolis, fevereiro 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno Maikel Roger Hirao na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora: _____

Prof.

Presidente

Prof.

Membro

Prof.

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Osatake Hirao e Sueli Sctschare, pelas conversas, compreensão e apoio nesse momento fundamental da minha vida.

A minha orientadora, professora Patrícia Arienti, pela paciência, dedicação e enorme contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de curso que participaram da minha vida acadêmica, momentos de lazer e na correria nos finais dos semestres.

Aos todos os professores do curso de ciências econômicas e a Universidade Federal de Santa Catarina.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE SIGLAS	12
RESUMO	13
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	14
1.1 Problemática	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo geral:	15
1.2.2 Objetivos específicos:	15
1.3 Metodologia	15
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Determinantes do Comércio Exterior	17
2.1.1 Taxa de Câmbio	17
2.1.2 Demanda Interna	23
2.1.3 Demanda Externa	24
2.1.4 Barreiras Tarifárias e não Tarifárias.....	25
2.1.5 Subsídios às Exportações	27
2.1.6 Financiamento.....	28
2.1.7 Vantagens Comparativas.....	30
CAPÍTULO 3 - A ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DO MODELO DE ISI A ABERTURA COMERCIAL	32
3.1 Modelo de industrialização de substituição de importações	32

3.1.1 A “década perdida”	38
3.1.2 Considerações sobre a ISI:	40
3.2 Abertura Comercial e Financeira	41
3.2.1 Abertura Comercial:.....	43
3.3 Plano Real.....	46
3.3.1 1994 a 1998:.....	46
3.3.2 1998 a 1999:.....	49
3.3.3 2000 a 2005:.....	51
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ANOS 1990 A 2005	54
4.1 Análise das Exportações Brasileiras no Período 1990-2002.....	54
4.1.1 1990 a 1994:.....	56
4.1.2 1994 a 1997:.....	56
4.1.3 1998 a 2002:.....	56
4.2 O perfil da Pauta de Exportação (1990-2002)	57
4.2.1 Classe de Produtos	58
4.2.2 Setores	63
4.3 O período do “<i>Boom</i>” Exportador (2003-2005).....	65
4.4 O perfil das Pautas de Exportação (2003-2005)	66
4.4.1 Setores em destaque nos anos 2003 a 2005.....	69
4.4.2 Consolidação e retomada de outros destinos no período 2003 a 2005.....	77
4.5 Análise das Importações Brasileiras no período 1990-2005.....	79
4.5.1 1990 a 1994	80
4.5.2 1994 a 1997	81
4.5.3 1998 a 2002.....	82
4.5.4 2003 a 2005	83
4.6 A participação do Brasil no Comércio Mundial nos anos 2003 a 2005	84
4.6.1 Participação do Brasil no Comércio Mundial.....	86
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	90

REFERÊNCIAS.....92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modalidades de Financiamento do BNDES-Exim.....	28
Tabela 2: Modalidades de Financiamento do PROEX	29
Tabela 3: Valores desembolsados pelo PROEX e BNDS-Exim	29
Tabela 4: Exportações, Importações e SalDOS Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1967 a 1973	34
Tabela 5: Exportações, Importações e SalDOS Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1980 a 1990	39
Tabela 6: Movimentos Líquidos e Brutos de Capitais, em US\$ Mi nos anos 1992 a 2002	42
Tabela 7: Parâmetros Básicos da Estrutura Tarifária Brasileira em (%) nos anos 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001	44
Tabela 8: Taxa Selic em (%), Reservas Internacionais em US\$ Mi, e Taxa de Câmbio em R\$ por US\$ nos anos 1995 a 1998	47
Tabela 9: Taxa de Câmbio Média Mensal em R\$ por US\$, entre outubro de 98 a fevereiro de 99	50
Tabela 10: Taxa Selic em (%) e Taxa de Câmbio média anual R\$ por US\$ nos anos 2000 a 2005	52
Tabela 11: Exportações Brasileiras em US\$ Bi (FOB) e Variação com relação ao ano anterior em (%) nos anos 1984 a 2002	55
Tabela 12: Exportações brasileiras por Classe de Produtos em Bi US\$ (FOB) e Variação com relação ao ano anterior em % durante os anos 1990 a 2002	58
Tabela 13: Participação das classes de produtos sobre a totalidade das exportações brasileiras em (%), nos anos 1990 a 2002	62
Tabela 14: Participação média dos setores relacionados abaixo sobre o total exportado nos respectivos anos, nos períodos: 1990-1994, 1994-1997 e 1998-2002	64
Tabela 15: Valores das exportações brasileiras por classe de produtos em Bi US\$ (FOB), nos anos de 2003 a 2005 e Variações de preços e quantidades das exportações brasileiras em (%) nos anos de 2003 a 2005.....	66
Tabela 16: Setores exportadores brasileiros: valores em Mi US\$ (FOB) e participações sobre o total exportado (%), nos anos 2003 a 2005 e média dos anos 2003 a 2005 ...	69
Tabela 17: Variação de preço e quantidade entre 2003 e 2004, segundo setores em (%) ..	72

Tabela 18: Variação de valor, preço e quantidade entre 2004 e 2005, segundo setores em (%).....	73
Tabela 19: Exportações do Brasil com destino Argentina, China, Mercosul, União Européia e Estados Unidos em US\$ Mi (FOB), nos anos 2003 a 2005	77
Tabela 20: Importações em US\$ Bi (FOB), Variação com relação ao ano anterior em (%) e Saldo Comercial em Bi US\$ (FOB), nos anos 1984 a 2005.....	79
Tabela 21: Exportações Mundiais em US\$ Bi (FOB) e Importações Mundiais em US\$ Bi (CIF), nos anos 1985 a 2005	85
Tabela 22: Participação das Exportações e Importações Brasileiras no comércio internacional em (%) e Exportações e Importações Brasileiras em US\$ Bi (FOB) nos anos 1985 a 2005.....	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre a Taxa de Juros e Taxa de Câmbio decorrente da Paridade de Juros.....	23
Gráfico 2: Financiamento das Exportações, referentes ao Proex (Financiamento e Equalização) e ao BNDS-Exim em Bi US\$, nos anos 2002 a 2005	30
Gráfico 3: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1967 a 1973	34
Gráfico 4: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1974 a 1980	37
Gráfico 5: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1980 a 1990	40
Gráfico 6: Movimentos Líquidos e Brutos de Capitais, em US\$ Mi nos anos 1992 a 2002	43
Gráfico 7: Parâmetros Básicos da Estrutura Tarifária Brasileira em (%) nos anos 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001	44
Gráfico 8: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1994 a 1998	48
Gráfico 9: Taxa de Câmbio Média Mensal em R\$ por US\$, entre outubro de 1998 a fevereiro de 1999.....	50
Gráfico 10: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 2000 a 2005	53
Gráfico 11: Exportações Brasileiras em Bi US\$ (FOB), no período 1984 a 2002.....	55
Gráfico 12: Exportações Brasileiras por Classes de Produtos em US\$ Bi (FOB), durante os anos 1990 a 2002.....	59
Gráfico 13: Participação das classes de produtos sobre a totalidade das exportações brasileiras nos anos 1990 a 2002 em (%)	63
Gráfico 14: Preço internacional das <i>Commodities</i> , índice janeiro de (2002=100) nos anos 2002 a 2005.....	76
Gráfico 15: Exportações do Brasil com destino Argentina, China, Mercosul, União Européia e Estados Unidos em US\$ Mi (FOB), nos anos 2003 a 2005	78
Gráfico 16: Importações e Saldo Comercial Brasileiro em US\$ Bi (FOB) nos anos 1984 a 2005	80

Gráfico 17: Exportações Mundiais em US\$ Bi (FOB) e Importações Mundiais em US\$ Bi (CIF), nos anos 1985 a 2005.....	86
Gráfico 18: Participação das Exportações e Importações sobre o comércio mundial sobre o no período 1984 a 2005 em (%).....	88

LISTA DE SIGLAS

BBC: Boletim do Banco Central do Brasil

BNDES-Exim: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-Exim

CIF: *Cost, Insurance and Freight*

FOB: *Free on Board*

FUNCEX: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

II PND: II Plano Nacional de Desenvolvimento

IPEADATA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISI: Industrialização por Substituição de Importações

PROEX: Programa de Financiamento às Exportações

SECEX: Secretaria de Comércio Exterior

RESUMO

Este estudo visa fornecer os principais motivos que levaram ao aumento expressivo das exportações brasileiras no período 2003 a 2005, visto que no referido triênio se observou a valorização do Real. Quando existe uma apreciação cambial, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, as exportações tendem a se contrair, no entanto, as exportações brasileiras cresceram a significamente no período em questão. Para tal, foi feita uma análise dos principais determinantes do comércio exterior, através dos quais buscou-se relacionar com o crescimento das exportações nos anos 2003 a 2005. Além disso, o estudo fornece uma análise articulada da economia brasileira com dados referentes às exportações brasileiras de 1990 a 2005.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

Recentemente pode-se observar um movimento peculiar e ascendente das exportações brasileiras, concomitantemente a valorização da nossa moeda. De acordo com a teoria econômica, quando existe uma apreciação cambial, mantendo as demais variáveis constantes, as exportações tendem a se contrair, porém nossas vendas externas se expandiram nesses últimos anos, mesmo com o real se valorizando.

Em outubro de 2002 a taxa de câmbio chegou a R\$ 3,95, devido principalmente a crise de desconfiança acerca da política econômica do atual presidente Lula. A crise da Argentina e a crise energética também contribuíram para a desvalorização do real. No entanto a partir de 2003, essa crise de confiabilidade é cessada ao mesmo tempo que a recuperação da Argentina e da crise energética, assim contribuindo para a valorização do Real referente ao período do estudo, 2003 a 2005.

Mesmo com o real se valorizando no período 2003 a 2005 - passando de uma taxa de câmbio média anual de R\$ 3,07 em 2003, para US\$ 2,92 em 2004 e US\$ 2,43 em 2005 – as exportações cresceram a taxas expressivas, de acordo com dados da SECEX, em 2003 as exportações cresceram 21% alcançando US\$ 73,084 Bi, em 2004 cresceram 32% resultando em US\$ 96,475 Bi, em 2005 cresceram 21% e alcançaram a marca histórica de US\$ 118,309 Bi. Esse crescimento expressivo resultou em uma taxa média anual de 25,1%, para o triênio em questão.

Se valorização do real não foi impedimento para a ascensão das exportações no triênio 2003 a 2005, este trabalho visa fornecer os fatores que propiciaram o notável desempenho das exportações brasileiras nesse mesmo período. Pode-se se dividir em dois grupos os fatores condicionantes do aumento das exportações brasileira no triênio 2003 a 2005. O primeiro grupo são fatores estruturais, como os ganhos de produtividade ocasionados pela reestruturação industrial possibilitada pela abertura comercial no fim da década de 80.

O outro grupo de fatores tem um caráter conjuntural, como: aumento do preço internacional das *commodities* (cuja a participação é relevante nas exportações brasileiras),

a consolidação e retomada de novos destinos para as exportações brasileiras (destaque para China e Argentina) e a crescente expansão do comércio internacional total.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral:

O objetivo geral deste trabalho é estudar as exportações brasileiras, de forma a entender o notável *boom* no período 2003 a 2005, mesmo com a valorização do Real no referido triênio.

1.2.2 Objetivos específicos:

- Apresentar os principais conceitos dos determinantes do comércio exterior e seus mecanismos de influência sobre as relações de troca existentes na literatura.
- Correlacionar a economia brasileira com a economia mundial fazendo um paralelo desde o modelo de substituição de importações ao Plano Real.
- Analisar os dados referentes às exportações brasileiras desde 1990 a 2005, visando entender seus possíveis determinantes e as alterações ocorridas na pauta das exportações brasileiras no período 2003 a 2005.

1.3 Metodologia

A parte referente à revisão teórica e histórica foram realizadas mediante pesquisa em bibliografia especializada e em artigos referentes ao tema. Na parte seqüente, o método empregado foi a análise dos dados empíricos obtidos de fontes secundárias, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Banco Central do Brasil, Secretaria do

Comércio Exterior e Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, alicerçados por fontes bibliográficas, artigos e boletins recentes dessas instituições.

Os dados referentes às exportações brasileiras serão analisados a partir de 1990 (início da abertura comercial) até 2002, com intuito explicar as exportações no período referente ao boom exportador (2003 a 2005), indicando se houveram alterações significativas nos preços e composição da pauta de exportação brasileira no referido triênio.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo principal analisar os fatores determinantes do comércio exterior, ou seja, as variáveis que podem estimular ou desestimular as exportações e importações. Para que se possa alcançar tal objetivo, o capítulo foi estruturado em seis seções, que apresentarão as principais características e os mecanismos de influência dos determinantes selecionados sobre o comércio exterior que são: taxa de câmbio, demanda externa, demanda interna, barreiras tarifárias e não tarifárias, subsídio as exportações, financiamento e vantagens comparativas.

2.1 Determinantes do Comércio Exterior

2.1.1 Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio é um fator de extrema relevância no que concerne às transações internacionais, sejam elas de bens e serviços ou financeiras, visto que determina o preço de uma moeda em relação à outra. Assim podem-se comparar os preços de diversos itens nos mais variados países, convertendo os preços externos em moeda local.

Ao fazer a conversão de preços de um produto importado para a moeda local, a taxa de câmbio possui um papel de grande magnitude, pois ao passo que a moeda estrangeira se aprecia, mantendo-se tudo mais constante, tem-se um aumento do preço do bem importado, traduzindo seu valor para a moeda local, e uma diminuição no preço dos bens internos em moeda estrangeira. Do outro lado a relação é inversa, quando a moeda estrangeira se deprecia, mantendo-se tudo mais constante, tem-se uma queda do preço do bem importado convertendo seu preço para a moeda local e um aumento em termos de moeda estrangeira para comprar os bens locais. Essa relação é descrita por Krugman & Obstfeld, (1999 p. 340-341):

(...) quando a moeda de um país é depreciada, os estrangeiros acham que suas exportações estão mais baratas e os residentes domésticos acham que suas importações do estrangeiro estão mais caras. Uma apreciação tem efeitos opostos: os estrangeiros pagam mais pelos produtos do país e os consumidores domésticos pagam menos pelos produtos estrangeiros.

(...) tudo o mais igual, uma apreciação da moeda corrente de um país eleva o preço relativo de suas exportações e diminui o preço relativo de suas importações. Inversamente uma depreciação diminui o preço relativo das exportações de um país e eleva o preço relativo de suas importações.

A taxa de câmbio, dessa forma, é um dos principais determinantes do comércio internacional, uma vez que pode influir diretamente nos preços dos bens comercializados. Quando a moeda local se aprecia, mantendo-se tudo mais o constante, as importações tendem a crescer e as exportações tendem a diminuir. De outra forma, quando a moeda local se deprecia, mantendo-se tudo mais constante, as exportações tendem a se expandir e as importações tendem a se contrair.

2.1.1.1 Taxa Nominal de Câmbio

Blanchard (2001, p. 379) define a taxa nominal de câmbio da seguinte forma: “o número de unidades de moeda nacional que se pode obter com uma unidade de moeda estrangeira”. Para converter os preços entre duas moedas, pode-se utilizar a equação 1:

- e = taxa nominal de câmbio
- P = preços locais
- P^* = preços internacionais

(1)

$$P = e \cdot P^*$$

Assim, com a taxa nominal de câmbio pode-se converter o preço estrangeiro em local e também converter o local em estrangeiro. E à medida que essa taxa sofre variações, pode interferir na competitividade, via preços, dos bens internos e externos, segundo Gonçalves et al (1998, p. 200):

Tudo o mais permanecendo constante, uma depreciação nominal da moeda local aumenta o preço em divisas de mercadorias e ativos locais. No que tange a competitividade via preços, portanto, uma depreciação reduz a competitividade local de ativos e mercadorias estrangeiros e abre uma margem de manobra para uma redução de preços em divisas de seus congêneres locais. A valorização evidentemente tem o efeito inverso.

Tratando-se dos regimes cambiais, existem dois tipos de regimes puros: regime de câmbio fixo e regime de câmbio livre, além desses dois tipos de regimes puros há também outros tipos de regimes cambiais intermediários.

No que se refere ao regime de câmbio fixo, o governo determina uma relação fixa entre a moeda nacional e uma moeda estrangeira, geralmente o dólar, visando a estabilização dos preços e aumento da confiabilidade no que concerne à estabilidade da moeda. Para esse modelo funcionar, o governo necessita intervir no chamado mercado de câmbio buscando equilibrar a demanda e a oferta por moeda estrangeira, ele pode fazer isso através dos leilões de divisas ou de títulos, no mercado spot (presente) ou futuro. As intervenções no mercado de câmbio só são possíveis de ocorrer se o governo possui certo nível de reservas internacionais, para poder comprar e vender divisas, com intuito manter o câmbio dentro dos parâmetros determinados.

A segunda situação, câmbio livre, é a situação onde a taxa de câmbio é determinada de acordo com as relações do mercado, sem intervenção da autoridade monetária, e para tal não seriam necessárias a utilização das reservas internacionais.

Além do câmbio fixo e livre, têm-se regimes cambiais intermediários. Esses tipos de regimes procuram reunir as vantagens ou eliminar as desvantagens dos regimes puros. Em princípio a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, sem a intervenção da autoridade monetária, mas caso ocorra oscilações abruptas nas taxas de câmbio que possam gerar incerteza aos agentes econômicos, ou desarticulação do sistema produtivo, a autoridade monetária intervém comprando ou vendendo divisas, funcionando como um elemento estabilizador dessas oscilações. Os regimes de câmbio intermediários mais utilizados serão descritos abaixo:

- Currency Board é determinada uma taxa fixa da moeda nacional com uma moeda estrangeira, o principal objetivo desse regime além da busca pela estabilização, e a importação de credibilidade da moeda estrangeira. A Argentina utilizou esse tipo de regime durante a década de 90.
- O Crawling Peg é o tipo de regime muito semelhante ao regime de câmbio fixo puro, pois o governo determina a taxa de conversão, a vantagem desse sistema é que podem ocorrer desvalorizações na taxa de câmbio. O objetivo desse regime cambial é usar o câmbio como âncora progressiva para os preços domésticos.

- Zona alvo é um tipo de regime cambial onde a autoridade monetária só deveria intervir quando houvesse muita volatilidade ou desalinhamentos prolongados na taxa de câmbio.
- A flutuação suja ou administrada é um tipo de regime cambial muito parecido com a zona alvo, serve para evitar a volatilidade excessiva na taxa de câmbio, mas não consegue eliminar desalinhamentos prolongados no câmbio.
- Nas bandas cambiais são estabelecidas metas para a taxa de câmbio, assim podendo flutuar dentro de limites, máximos e mínimos. A medida que o mercado conduz a esses extremos, o governo compra ou vende divisas, visando a valorização ou desvalorização cambial com intuito de atingir seu objetivo para a taxa de câmbio.

2.1.1.2 Taxa Real de Câmbio

Para poder comparar os preços reais entre os países utiliza-se à taxa real de câmbio. A taxa real de câmbio pode ser descrita como o preço relativo dos bens estrangeiros com relação aos bens locais. Para obter a taxa real de câmbio é necessário utilizar um índice de preços nacional em moeda local e um índice externo em moeda estrangeira, de acordo com Blanchard (2001, p. 383) tem-se a equação 2:

- e_r = taxa real de câmbio
- e = taxa nominal de câmbio
- P = índice de preços nacional
- P^* = índice de preços estrangeiro

$$(2) \quad e_r = (e \cdot P^*) / P$$

Dessa forma, os agentes do comércio internacional podem comparar realmente os preços relativos dos bens. A medida que se observa um movimento inflacionário interno, os produtos domésticos tendem a aumentar seu preço no mercado interno e também para os produtos que são destinados ao mercado externo, (importância dos índices de preços).

Essa relação, inversamente, também tem validade. Nesse sentido, um aumento na inflação interna pode prejudicar as exportações de um país. Por outro lado, um aumento na inflação externa tende a aumentar os preços dos produtos importados e favorecer as exportações do país local.

2.1.1.3 Taxa de Juros e Taxa de Câmbio

As taxas de juros interna e externa refletem na determinação da taxa de câmbio, uma vez que ao aumentar a taxa de juros de uma dada economia, mantendo-se tudo o mais constante, tende a atrair investimentos internacionais. Isso ocorre devido ao aumento da atratividade dos ativos locais em função da elevação da taxa de juros interna. Esse movimento provoca uma apreciação da moeda local, podendo influenciar negativamente nas exportações e baratear as importações. Segundo Krugman & Obstfeld (1999 p.363), “(...) tudo o mais igual, um aumento nos juros pagos pelos depósitos em uma moeda, faz com que aquela moeda seja apreciada em relação às moedas estrangeiras.”

De forma inversa, uma diminuição nas taxas de juros internas tende a deixar os rendimentos locais com menor rendimento. Nesse sentido, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, uma diminuição nas taxas de juros interna pode ocasionar uma fuga de capitais e conseqüentemente uma pressão de desvalorização da moeda nacional. Logo, uma desvalorização cambial, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, pode propiciar um aumento nas exportações e encarecer as importações.

Segundo Blanchard (2001 p. 422), a equação 3 fornece a relação entre taxas de juros nominal interna, taxas de juros nominais externas e a taxa esperada de depreciação: “a taxa de juros interna, i , tem de ser igual à taxa de juros estrangeira, i^* , mais a taxa de depreciação esperada da moeda nacional $(E_{t+1} - E)/E$ ”.

$$(3) \quad i = i^* + \frac{E_{t+1} - E}{E}$$

Um aumento na taxa de juros brasileira em comparação com a taxa americana, pode provocar um fluxo de capitais com destino ao Brasil (títulos brasileiros apresentam mais

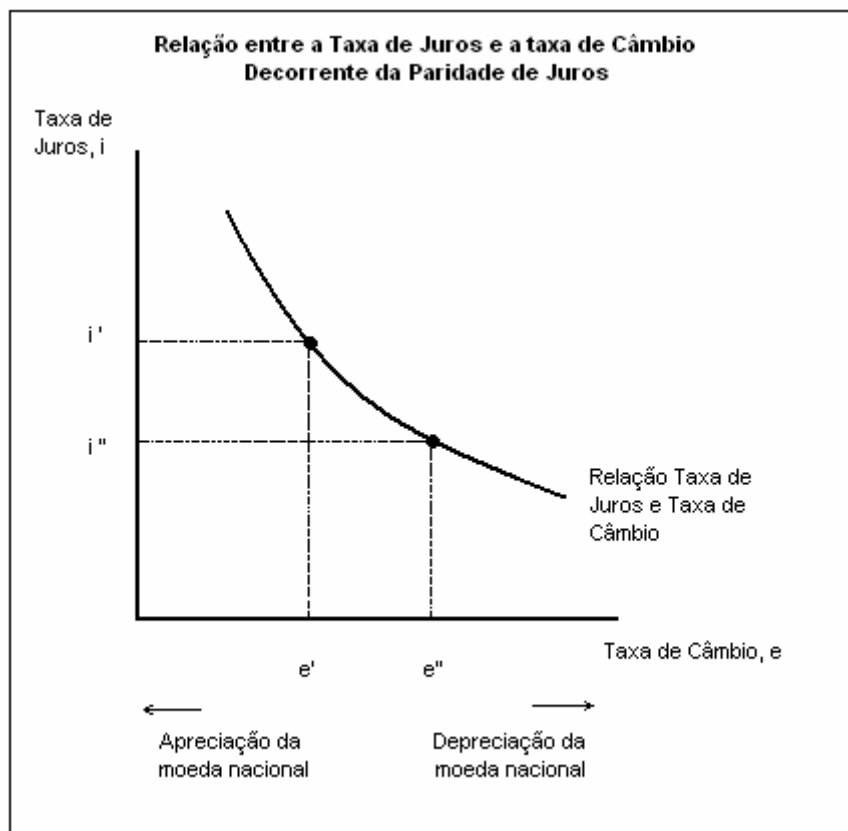
atratividade). Dessa forma, os detentores de títulos americanos os vendem para comprar os títulos brasileiros e trocam seus dólares pela moeda nacional, assim causando uma valorização do real. É importante ressaltar que, no que concerne à taxa de câmbio futura (se os agentes econômicos não mudarem suas expectativas), quanto mais ela se aprecia no período t , mais os investidores esperam que ela se deprecie no período $t+1$, conforme adaptação de Blanchard (2001 p.423), tem-se:

Se os investidores financeiros não mudarem suas expectativas a respeito da taxa de câmbio futura, então quanto mais o real se aprecia hoje, mais os investidores esperam que ele se deprecie no futuro. Se tudo o mais permanecer inalterado, essa expectativa torna os títulos da dívida americana mais atraentes: quando se espera que o real deprecie, uma taxa de retorno dada em dólares significa uma taxa mais elevada em reais.

Assim, para o autor, a apreciação inicial de uma moeda tem de ser tal que a depreciação futura esperada compense o aumento da taxa de juros doméstica, ao passo que se isso acontece, o rendimento entre ambos países se equalizam. Isso ocorre devido a uma operação chamada arbitragem, que acontece quando um investidor auferir lucro sem risco, realizando duas transações simultâneas em dois ou mais mercados, tirando proveito de uma diferença de preços momentânea. A arbitragem faz com que ocorra a equalização nos preços dos ativos, eliminando qualquer diferença de preço que possa ocorrer por um problema de assimetria de informação.

O gráfico 1, ilustra o movimento da relação entre a taxa de juros e a taxa de câmbio. Com uma taxa de juros i' a taxa de câmbio correspondente será e' , no entanto se houver uma queda na taxa de juros de i' para i'' , mantendo-se tudo mais constante, a taxa de câmbio tende a aumentar de e' para e'' , ocasionado uma desvalorização da moeda local devido à saída de recursos do país, a procura de outro país que forneça taxa de juros mais elevadas.

Gráfico 1: Relação entre a Taxa de Juros e Taxa de Câmbio decorrente da Paridade de Juros



Fonte: Blanchard (2001 p. 423)

2.1.2 Demanda Interna

Em uma economia aberta, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, a medida que a demanda interna se expande tem-se um aumento da demanda por diversos bens, dentre eles os bens importados. Assim, segundo Blanchard (2001 p. 399): “quanto mais alta for a demanda doméstica, mais alta será a demanda por todos os bens, tanto produzidos internamente quanto estrangeiros”.

Nesse sentido, segundo o autor, as importações dependem da renda e da taxa real de câmbio, quanto maior a renda, maiores serão as importações:

(...) “as importações dependem da renda, quanto mais alta é a renda, maiores são as importações. As importações dependem da taxa real de câmbio (...) uma taxa real de câmbio mais alta torna os bens estrangeiros relativamente mais caros, e assim, faz com que diminua a quantidade de importações”. (BLANCHARD, 2001, p. 399)

O autor assinala que quando se observa um aumento na renda em uma economia aberta, a demanda interna se expande, e parte do aumento dessa demanda se destina às importações, que tendem a crescer. Ocorre uma correlação positiva entre aumento da demanda e aumento das importações de um determinado país.

Conforme Blanchard (2001 p. 400), as exportações continuam inalteradas, dessa forma contribuindo para um déficit comercial. Assim, quanto maior for o grau de abertura de uma economia, menor será o impacto no produto e maior será o impacto negativo na balança comercial, visto que as exportações continuam inalteradas e as importações têm movimento ascendente.

A taxa de câmbio real influencia a demanda interna diretamente, pois qualquer alteração na taxa de câmbio provoca uma alteração de preços relativos entre os produtos importados em relação os produtos produzidos internamente. Caso ocorra um aumento na taxa de câmbio real, há uma perda do poder de compra dos agentes econômicos em relação aos produtos importados, pois estes se tornam mais caros, sendo que passam a ser substituídos nas cestas de consumos por produtos produzidos internamente, isso leva a expansão da demanda interna.

2.1.3 Demanda Externa

Segundo Blanchard (2001 p. 399-400), as exportações de um país correspondem às importações de outro, dessa forma as importações do resto do mundo correspondem em certo nível às exportações de determinados países.

As exportações dependem da renda externa, e à medida que essa cresce, a demanda externa se expande, aumentando a procura por todos os bens, logo parte dessa demanda atingirá as importações de um dado país. O autor ilustra esse movimento na ótica americana: “quando a renda do resto do mundo aumenta, cresce também a demanda estrangeira por todos os bens, parte da qual recai sobre os bens dos EUA, o que faz aumentar as exportações americanas.” (BLANCHARD 2001 p. 400).

Conforme Blanchard (2001 p. 405), “o aumento do produto estrangeiro provoca o aumento do produto interno”. Com o aumento do produto estrangeiro, as exportações do país local tendem a se elevar, o que, por sua vez, aumenta o produto interno desse país e melhora seu saldo na balança comercial.

Para entender os efeitos de uma desvalorização cambial sobre o saldo da balança comercial é necessário conhecer a condição Marshall-Lerner. É importante ressaltar que a afetam as exportações líquidas de três formas:

- Através do aumento das exportações, devido a uma alteração de preços relativos dos produtos nacionais, que se tornam mais barato, com relação aos produtos importados.
- Reduzindo as importações ocasionadas pelo encarecimento, devido a mudança do câmbio;
- Através da alteração do custo das importações que se tornam mais caras, mesmo para importar a mesma quantidade de produtos, isso ocorre devido à alteração dos preços relativos.

A condição Marshall-Lerner nos diz que para que a desvalorização cambial tenha um impacto positivo sobre a balança comercial, é necessário que a soma das elasticidades-preços das exportações e importações tem que ser superior a 1 em termos absolutos. Segundo Blanchard (2001, p. 410) “para que a balança comercial melhore após a depreciação, as exportações têm de aumentar e as importações têm de diminuir o suficiente para compensar o aumento do preço das importações”.

2.1.4 Barreiras Tarifárias e não Tarifárias

As barreiras tarifárias e não tarifárias consistem em poderosos instrumentos para conter o fluxo de importações, visto que em diversas relações comerciais entre países são estipuladas certas doses de protecionismo com intuito de proteger a indústria local. Para tal, observam-se às barreiras tarifárias (cobrança de diversas taxas) e não tarifárias. Segundo Krugman & Obstfeld (1999 p. 192) a tarifa é uma medida de proteção que é utilizada há muito tempo, fornece receita ao governo e pode ser utilizada como artifício para proteger a indústria local. Atualmente, os governos não dão tanta relevância para as tarifas e adotam as políticas de cunho não tarifárias, como cotas de importação e restrições de exportação.

Em termos de barreiras tarifárias, têm-se as tarifas específicas, que são aplicadas por unidade do produto, por exemplo, R\$ 5,00 por unidade de um determinado produto. Além disso, existem as barreiras tarifárias ad valorem, que se referem a um percentual do valor

do bem, por exemplo, 20% referentes a um certo bem. Finalmente, as barreiras sazonais são tarifas que se alteram conforme a época do ano (colheitas e super produção), cobradas geralmente na agricultura.

As tarifas ocasionam aumento nos preços dos países que importam. Krugman & Obstfeld (1999 p. 195), assinala que a tarifa encarece o preço interno, dessa forma contribuindo para o aumento da oferta local do bem protegido, visto que os produtores ofertam em maior quantidade por um preço mais elevado. Nesse sentido, o preço é maior no país importador que no exportador. Segundo Krugman & Obstfeld (1999 p. 197) “Uma tarifa eleva o preço de um bem no país que importa e diminui o preço no país que exporta. O resultado dessas mudanças nos preços é a perda dos consumidores do país que importa e ganhos dos consumidores do país que exporta”.

Além das barreiras tarifárias, existem as barreiras não tarifárias, que embora não gerem receitas tributárias, possuem grande impacto no fluxo do comércio internacional. As principais barreiras não tarifárias são: cotas de importação, barreiras técnicas, salvaguardas, barreiras fitossanitárias e antidumping

Através da cota de importação, se estabelece um limite quantitativo ao bem comercializado (unitário, por peso ou volume), o que implica em limitação às importações. Tem-se como exemplo, os limites do setor extrativo mineral e vegetal, agropecuário e pesca.

As barreiras técnicas são conseqüências do uso de normas ou regulamentos, assim, o bem comercializado tem que atingir as normas internacionais. Nesse sentido, os países detentores de maior tecnologia terão mais facilidade para levar a cabo tal tarefa. Tem-se como exemplo, a exigência das normas e regulamentos americanos incidentes sobre as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos.

As salvaguardas se referem a medidas de proteção temporárias e seletivas, com intuito de também atribuir entraves para a penetração de produtos importados que coloquem em risco os bens nacionais de mesma aplicação. Como o caso das salvaguardas argentinas sobre as exportações de geladeiras brasileiras.

As barreiras fitossanitárias têm o intuito de estabelecer um padrão de qualidade nas importações de origem animal e vegetal, assim controlando aspectos referentes a produtos químicos e contaminações diversas. Como um caso de barreiras fitossanotárias, pode-se citar o caso da contenção da compra das carnes brasileiras pelo Canadá, acusadas da possibilidade de conter o vírus da “vaca louca”.

Por fim, o antidumping, como está subentendido é contra o dumping. Dumping significa a venda de um determinado produto com preço maior internamente, comparado ao preço de exportação. Segundo o Decreto Nº 1.602, de 23/08/95: “Art. 4º Para os efeitos deste Decreto, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado doméstico, inclusive sob as modalidades de drawback¹, a preço de exportação inferior ao valor normal”. Como exemplo tem-se a ação de antidumping movida pelos pescadores norte-americanos, com relação aos camarões brasileiros.

2.1.5 Subsídios às Exportações

Os subsídios às exportações podem ser classificados como um incentivo financeiro aos produtores de determinados bens, que serão destinados a mercados externos. Segundo Krugman & Obstfeld (1999 p. 202), a forma de aplicação dos subsídios são semelhantes as das tarifas, visto que podem ser específicas ou ad valorem.

Os subsídios podem ser aplicados diretamente ou indiretamente. Subsídios diretos consistem em pagamentos efetuados diretamente ao produtor, enquanto os indiretos são incentivos no financiamento da produção, possibilitando juros menores para a contração de crédito para o exportador. Como exemplo têm-se os subsídios fornecidos pelo governo brasileiro a Embraer.

O subsídio, quando empregado como instrumento de política comercial, consiste em pagamentos, diretos ou indiretos, feitos pelo governo, para encorajar as importações ou desencorajar as importações. Em ambos os casos, equivale a um imposto negativo e representa, portanto, uma redução no custo do produtor. (Carvalho e Silva, 2002 pg 65).

Esse auxílio, por um lado, pode propiciar maior competitividade ao produtor para enfrentar a concorrência externa. No entanto, de outro lado, pioram os termos de troca, causam distorções no comércio e são dispendiosos para o governo, fazendo pressões nas contas públicas.

¹ Drawback: isenção dos tributos referentes aos insumos importados que serão empregados em produtos exportáveis, com intuito de elevar a competitividade do bem exportado.

2.1.6 Financiamento

O financiamento pode ser uma ferramenta de extrema relevância ao se tratar de comércio internacional, pois pode propiciar fundos para amparar o produtor local para o mesmo levar a cabo a produção e destiná-la a outros países, e ao mesmo tempo, gerar as divisas necessárias para as compras internacionais.

As condições de pagamento, prazo e taxas de juros são fundamentais para importar e exportar. No Brasil temos duas formas de financiamento públicas: o BNDES-Exim e o PROEX, criados na década de 90.

Tratando-se do financiamento das exportações oriundas do BNDES-Exim, pode-se observar duas formas, o pré-embarque (crédito fornecido na fase de produção do bem) e pós-embarque (crédito fornecido na hora de comercialização). A tabela 1 demonstra as diversas modalidades de financiamento do BNDES-Exim:

Tabela 1: Modalidades de Financiamento do BNDES-Exim

<i>Pré-embarque:</i>	Financia a produção nacional de bens a serem exportados em embarques específicos;
<i>Pré-embarque Ágil:</i>	Financia a produção nacional de bens a serem exportados, associada a um Compromisso de Exportação, para um período de 6 (seis) a 12 (doze) meses;
<i>Pré-embarque especial:</i>	Financia a produção nacional de bens a serem exportados, sem vinculação com embarques específicos, mas com período pré-determinado para a sua efetivação;
<i>Pré-embarque Empresa Âncora:</i>	Financia a comercialização de bens produzidos no Brasil, por micro, pequenas e médias empresas através de empresa exportadora (empresa âncora);
<i>Pré-embarque Automóveis:</i>	Financia, na fase pré-embarque, a produção destinada à exportação de automóveis de passeio;
<i>Pós-embarque:</i>	Financia a comercialização de bens e serviços nacionais no exterior, através de refinanciamento ao exportador, ou através da modalidade <i>buyer's credit</i> .

Fonte: BNDES

Pode-se definir *buyer's credit*, citado no último item da tabela, como crédito para o comprador e *suppliers credit* como crédito do fornecedor, esse último pode ser comparado a um refinanciamento, visto que as divisas oriundas do financiamento do vendedor podem facilitar as transações com o comprador.

O PROEX, programa de financiamento às exportações, é administrado pelo Banco do Brasil, com recursos provenientes do tesouro nacional, possui facilidades na adesão, com prazo de até 10 anos e com as taxas de juros do mercado internacional. A tabela 2 demonstra as duas modalidades do PROEX:

Tabela 2: Modalidades de Financiamento do PROEX

<i>Financiamento:</i>	Financiamento direto ao exportador brasileiro ou ao importador com recursos do Tesouro Nacional;
<i>Equalização:</i>	Exportação financiada pelas instituições financeiras no país e no exterior, na qual o PROEX paga parte dos encargos financeiros, tornando-os equivalentes àqueles praticados no mercado internacional.

Fonte: Banco do Brasil

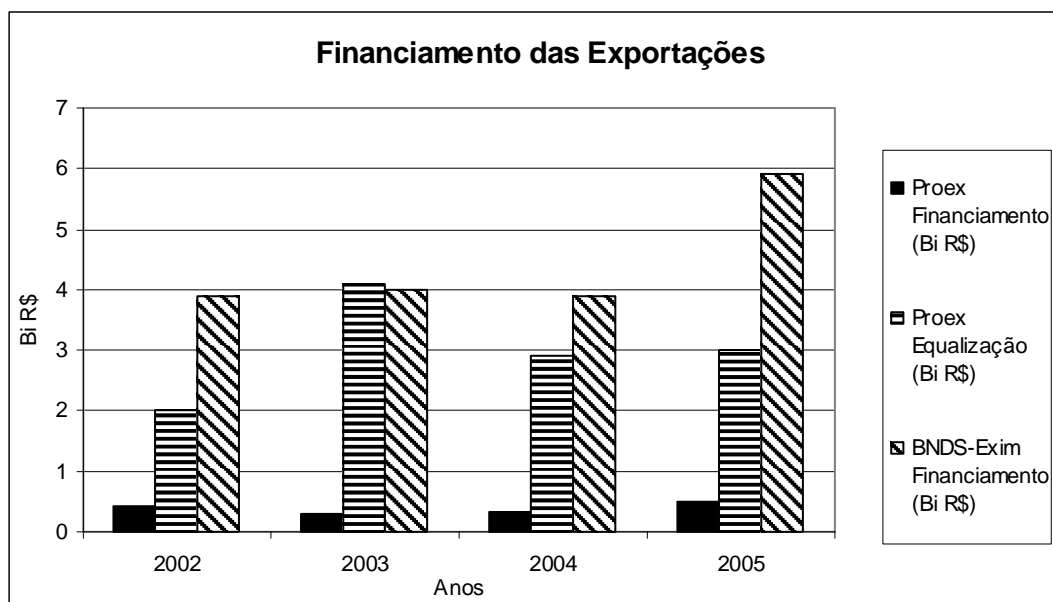
Os valores desembolsados pelo PROEX e pelo BNDES-Exim vem crescendo recentemente, assim, dando melhores condições para os produtos nacionais enfrentarem o mercado externo. A tabela 3 demonstra tais valores, que podem ser melhor visualizados no gráfico 2.

Tabela 3: Valores desembolsados pelo PROEX e BNDS-Exim

Ano	Proex		BNDS-Exim
	Financiamento (Bi R\$)	Equalização (Bi R\$)	Financiamento (Bi R\$)
2002	0,4377	2	3,9
2003	0,308	4,1	4
2004	0,326	2,9	3,9
2005	0,492	3	5,9

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil.

Gráfico 2: Financiamento das Exportações, referentes ao Proex (Financiamento e Equalização) e ao BNDS-Exim em Bi US\$, nos anos 2002 a 2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central do Brasil.

Ao analisar os valores, pode-se observar que o ano de 2005 demonstra um valor desembolsado mais expressivo, se comparados aos anos de 2002 a 2004. Com relação a 2004, os valores desembolsados pelo PROEX aumentaram 50,9% (financiamento) e 3,44% (equalização). Já pelos valores financiados BNDES-Exim, a ascensão foi de 51,28%, assim contribuindo para aumentar o desempenho exportador do Brasil recentemente.

2.1.7 Vantagens Comparativas

A teoria ricardiana de vantagens comparativas foi de extrema relevância para explicar o comércio entre nações e ainda hoje é arcabouço teórico para as teorias de comércio mais modernas. De acordo com o modelo de Ricardo, cada país deve se especializar na exportação de mercadorias as quais possui vantagens comparativas. Assim, o país se dedicará a produção e exportação dos produtos em que os custos comparativos forem menores, trocando-os por produtos com relativa ineficiência na produção interna. Assim, segundo Krugman & Obstfeld (1999), pode-se obter ganhos com o comércio “quando dois países se especializam na produção de bens nos quais tem vantagem comparativa, ambos países ganham com o comércio.” (KRUGMAN & OBSTFELD, 1999 p.23)

Pode-se obter ganhos com o comércio produzindo bens indiretamente. Assim de acordo com Krugman & Obstfeld (1999, p. 22):

A primeira maneira de mostrar que a especialização e o comércio são benéficos é considerar o comércio como um método indireto de produção. A economia doméstica poderia produzir vinho diretamente, mas o comércio com o Estrangeiro lhe permite “produzir” vinho por meio da produção de queijo, e então trocar o queijo pelo vinho. Esse método indireto de “produzir” um litro de vinho é mais eficiente que a produção direta.”

Além dos ganhos de comércio demonstrados acima, tem-se segundo Krugman & Obstfeld (1999), outra forma de um país ganhar com o comércio, visto que o intercâmbio de produtos aumenta a possibilidade de expandir seu consumo à medida que cada nação poderá consumir uma combinação de produtos diferente da que fabrica localmente.

Esse capítulo buscou apresentar os principais determinantes das exportações e importações, com intuito de fornecer instrumentos teóricos para analisar o comportamento das exportações a partir da abertura comercial brasileira, ocorrida no fim dos anos 80. O capítulo seguinte analisará a economia brasileira a partir do esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, até os primeiros anos deste milênio, visando analisar os acontecimentos que ocorreram no referido período que influenciaram o comércio exterior.

CAPÍTULO 3 - A ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DO MODELO DE ISI A ABERTURA COMERCIAL

3.1 Modelo de industrialização de substituição de importações

O modelo de industrialização por substituições de importações no Brasil se iniciou na década de 30, sucedendo a fase primária exportadora do país. A crise de 1929 afetou a economia cafeeira, fazendo com que o setor exportador perdesse dinamismo, segundo Tavares (1975 p. 67):

A perda de dinamismo do setor exportador, em particular a partir da grande depressão, deu lugar a um esforço de reorientação da atividade econômica consubstanciado em parte na substituição de importações por produção nacional, assegurada pela reserva de mercado obtida através da proteção cambial e tarifária.

Em contrapartida a crise externa, os produtos manufaturados que antes eram importados, passam a ser produzidos internamente, com intuito de conter as importações, promover as exportações e desenvolver a indústria interna. Para levar a cabo o modelo, as importações dos bens que existiam similares nacionais, foram alvo de restrições, via taxas múltiplas de câmbio, impostos e tarifas. Existiam taxas de cambio diferenciadas, tanto quanto no lado das exportações e das importações. Dessa forma a política cambial favorecia as importações de alguns bens necessários para a industrialização, como bens de capital e insumos para a indústria. Segundo Fonseca e Monteiro (2003 p. 9):

A adoção destas taxas múltiplas de câmbio representou, na prática, uma desvalorização cambial, mas procurando minimizar os prejuízos do setor industrial, pois privilegiava a importação de bens de capital e insumos essenciais, administrando ganhos e perdas decorrentes da crise cambial segundo um critério nitidamente político e pró-desenvolvimentismo.

Com relação às taxas múltiplas de câmbio, foram adotados leilões de divisas, onde as importações se classificavam por cinco categorias, em função de sua importância e da existência de um substituto produzido internamente. Nesse sentido, a taxa de câmbio poderia favorecer, ou encarecer, as importações e estimular as exportações. Tratando-se da substituição parcial das tarifas, segundo Bresser Pereira (1982), o sistema das taxas

múltiplas de câmbio, embora revelou-se eficiente, mostrou-se também de difícil manejo, e foi substituído parcialmente com a aprovação da lei de tarifas em 1958. “Ao invés da taxa de câmbio, foi então possível proteger a indústria nacional com impostos de importações ou tarifas que eram aumentadas quando se iniciava a produção nacional” (BRESSER PEREIRA 1982 p. 43).

No que concerne aos estímulos para exportações, tem-se no período correspondente ao “milagre econômico” (fim dos anos 60 a início dos anos 70), segundo Corrêa do Lago (1990), uma elevação relevante das exportações, aumento da diversificação da pauta e uma maior participação dos manufaturados, com intuito de aumentar a competitividade externa dos produtos brasileiros. Tais resultados foram condicionados, segundo Pereira (2003 p.5) a “programas que visavam à diversificação da pauta exportadora através da concessão de uma série de subsídios de caráter fiscal e creditício”. Nesse sentido, em 1968 o Conselho de comércio exterior traçou as seguintes metas:

- “ 1) aumento da competitividade dos produtos brasileiros em geral;
- 2) diversificação das exportações, em especial na direção de produtos manufaturados e semi-acabados;
- 3) diversificação e expansão dos mercados externos ;
- 4) manutenção de um suprimento adequado de matérias primas importadas, bens intermediários e de capital, a preços estáveis e a fim de não por em risco a industrialização.” (VON DOELLINGER, FARIA E CAVALCANTI, 1973, apud CORRÊA DO LAGO 1990 p. 272)

Corrêa do Lago (1990), assinala que para levar a cabo tais objetivos foram possíveis observar diversas medidas: crédito subsidiado à exportação, política cambial mais flexível (com “minidesvalorizações cambiais”, com intuito de favorecer as exportações), facilitações do processo no que concerne à burocracia, as importações essenciais ficariam “isentas” da lei do similar nacional, dentre outras.

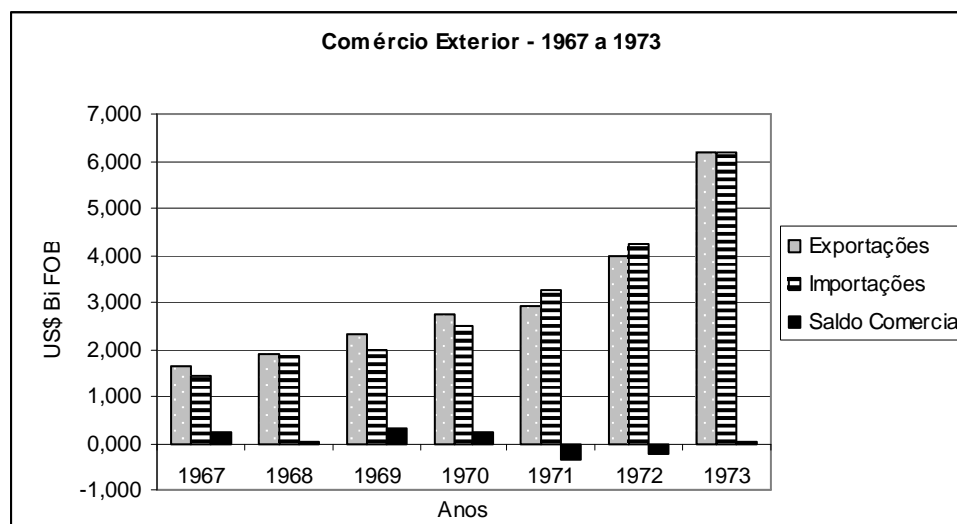
Os resultado desses esforços para expandir as exportações, podem ser melhor visualizados no gráfico 3 e tabela 4:

Tabela 4: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1967 a 1973

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1967	1,654	1,441	0,213
1968	1,881	1,855	0,026
1969	2,311	1,993	0,318
1970	2,739	2,507	0,232
1971	2,904	3,247	-0,343
1972	3,991	4,232	-0,241
1973	6,199	6,192	0,007

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

Gráfico 3: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1967 a 1973



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX.

O aumento das importações foi puxado pelas compras externas de bens de capital e petróleo. As importações de bens de capital se expandiram devido à expansão do crescimento industrial, que demandavam compras externas de bens de capital. Segundo Hermann (2004), as importações de petróleo se elevaram por dois motivos. O primeiro se refere ao cenário estrutural da época, visto que o crescimento industrial demandou mais combustível dessa espécie. O segundo está ligado ao baixo crescimento da produção interna desse bem. “O consumo aparente de petróleo cresceu continuamente durante o “milagre”, saltando de 21 milhões de m³ em 1967 para 46 milhões em 1973. No mesmo período a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%”. (HERMMAN 2005 p. 95)

Ao observar o gráfico 3 é possível ver o expressivo aumento no comércio internacional brasileiro. Segundo dados as SECEX, as exportações em 1967 totalizavam 0,86% do total mundial, e em 1973 representavam 1,11%. Por outro lado, em 1967 as importações representavam 0,80%, e em 1973, 1,25%.

Segundo Hermann (2005), o “milagre econômico” deixou a economia brasileira com uma capacidade produtiva ampliada no setor de bens de consumo duráveis, no entanto seu crescimento se tornou dependente do setor externo. Essa dependência decorreu de dois fatores, o aumento das importações e da dívida externa. O aumento das compras externas foram lideradas principalmente pelas importações de bens de capital, matérias primas e petróleo (necessárias para o crescimento). Nesse sentido, o aumento das importações implicou em déficits em conta corrente, e esse déficit foi compensado via endividamento externo:

(...) o aumento da dívida externa ampliou a dependência e a vulnerabilidade financeira externa da economia. Para cumprir os encargos da dívida é necessário: gerar superávits comerciais, para compensar (total ou parcialmente) as despesas financeiras, controlando assim os déficits em conta corrente; e/ou captar novos recursos no mercado externo, refinanciando a dívida, de modo a compensar os déficits correntes com superávits na conta capital. (HERMANN 2005 p. 95)

Em outras palavras, para cumprimento dos encargos da dívida externa tinham-se dois caminhos que poderiam ser utilizados de forma isolada ou combinada. O primeiro se refere à geração de superávits na balança comercial, com intuito de compensar as despesas financeiras, via contenção do déficit em conta corrente. A segunda forma se refere ao refinanciamento da dívida compensando o déficit na conta corrente, com um superávit na conta capital, e para isso é necessário ingresso de capital externo no país.

Essa dependência externa foi abalada no fim de 1973, com o aumento no preço internacional do petróleo pelos países membros da OPEP. Esse aumento atingiu o Brasil por duas vias. Em primeiro lugar, a produção industrial foi prejudicada, uma vez que é dependente do petróleo, cujo preço ascendeu em 400% de 1972 a 1974, o que, por sua vez, ocasionou aumento nos valores das importações, implicando em déficits na balança comercial.

Em segundo lugar, observou-se à contração da liquidez internacional para países em desenvolvimento, visto que em contrapartida do aumento do preço do petróleo os países centrais elevaram suas taxas de juros e diminuíram suas importações de países como o Brasil.

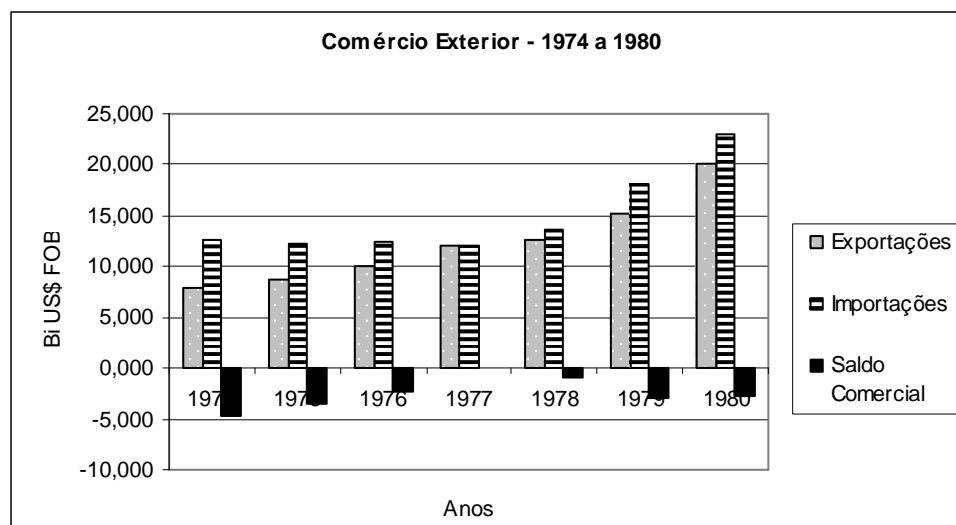
Em contrapartida ao cenário de restrição externa, foi implementado em 1974 o II PND. Tratava-se de um ajuste estrutural que pretendia elevar o Brasil a níveis próximos dos países industrializados. O II PND tinha o intuito de superar a dependência externa investindo nos setores que, segundo Hermman (2005 P.100), eram identificados como “pontos de estrangulamentos” que inibiam o crescimento da economia brasileira: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia (petróleo, hidrelétrica e álcool) e exportação.

Foi adotada uma política de crescimento financiada externamente, que foi possível devido a recuperação na liquidez internacional, antes abalada pelo primeiro choque do petróleo. Segundo Hermann (2005) basicamente três fatores contribuíram para revigorar a liquidez internacional: a presença dos recursos oriundos dos países exportadores de petróleo (petrodólares), a diminuição das taxas de juros dos países centrais, e crescimento da economia pós-crise do petróleo. Tal cenário favorável pode levar a cabo o financiamento externo do Brasil.

O II PND também visava substituir as importações, incentivar as exportações e estimular o mercado interno. Tratando-se da substituição de importações, convém salientar os esforços em prol da substituição do petróleo (preço elevado devido à crise do petróleo), por fontes alternativas de energia como o carvão, álcool, energia elétrica, etc. Nessa mesma linha, também se tentou reduzir a dependência externa do setor de bens de capital. No entanto, a importação de petróleo e bens de capital apresentaram queda significativa somente nos anos 80, devido ao tempo de maturidade dos investimentos.

A balança comercial nos anos 1974 a 1980 se encontrava deficitária (gráfico 4), pois para lançar mão do ajuste estrutural, em um primeiro momento tinha-se que importar mais bens de capital, matérias primas e petróleo. Enquanto num segundo momento, após o tempo de maturação dos investimentos, esperava-se reduzir a dependência e a vulnerabilidade externa e aumentar a capacidade de exportar do país, em prol dos bens com maior valor agregado.

Gráfico 4: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1974 a 1980



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX.

O II PND obteve êxito no seu ajuste estrutural, conforme Hermann (2004), substituindo parte das importações de bens de capital e petróleo, uma vez que as importações de bens de capital a participação de bens de capital, segundo a autora passa de 17,9% para 9,3% na média de 1981 a 1983. A participação nas importações de petróleo reduziram de 43% em 1978 para 34% em 1983.

Tratando-se do Balanço de Pagamentos, pode-se observar os problemas decorrentes da implementação do II PND: a balança comercial torna-se deficitária nos anos 1974 a 1980, com exceção de 1977 (gráfico 4). Segundo a autora, o saldo em conta corrente passa de uma média anual de US\$ -6.458 Mi em 1974 a 1978 para US\$ -11.584 Mi em 1981 a 1983. Além disso, a dívida externa líquida/Exportação de bens passa de uma média anual de 2,5 em 1974 a 1978 para 3,3 no ano de 1984.

O II PND, por um lado, conseguiu promover parte da substituição de importações de petróleo e bens de capital, no entanto deteriorou o balanço de pagamentos e expôs o Brasil as condições recessivas do mercado internacional (segundo choque de oferta), devido ao seu alto grau de endividamento externo. Conforme Hermann (2005 p. 112):

Essa condição manteve na agenda da política econômica brasileira (até meados da década de 90) a necessidade de sucessivas rodadas de ajuste externo, requeridas sempre que o mercado internacional se mostrava pouco receptivo às exportações e/ou à rolagem da dívida brasileira.

Em 1979 tem-se outro aumento dos preços internacionais do petróleo, novamente ocasionados por uma decisão dos países membros da OPEP. Os preços aumentaram mais

que 250% de 1978 a 1980. Como consequência disso, novamente, as taxas de juros dos países centrais foram elevadas e a liquidez externa se contraiu. Assim prejudicando de forma considerável o financiamento dos países em desenvolvimento. Com esse cenário internacional restritivo, a questão da dívida externa brasileira foi se agravando.

O cenário externo recessivo inibiu as importações dos países centrais, o que proporcionou queda nas exportações dos países endividados e propiciou aumento no serviço da dívida (devido ao aumento da taxa de juros), visto que parte considerável da dívida foi contratada a taxas flutuantes. Além disso, devido à elevação das taxas de juros, a liquidez internacional foi captada pelos países centrais, assim desviando os recursos que antes eram destinados a empréstimo aos países em desenvolvimento.

A conjuntura internacional desfavorável no início da década não foi propícia ao financiamento dos países latino americanos. Os créditos direcionados a esses países foram cessados, logo, os deixando em situações financeiras extremamente frágeis. Esses países não tinham condições de refinanciar e muito menos quitar suas dívidas externas. Esse fato combinado com o estancamento dos créditos destinados aos países latino americanos, resultou na Moratória do México em 1982, assim elevando os riscos atribuídos a países endividados como o Brasil, onde nem a elevação da taxa de juros interna foi capaz de atrair capital externo, via conta capital, para atenuar os déficits em conta corrente.

3.1.1 A “década perdida”

Os anos 80, conhecidos como a “década perdida”, foram marcados por um ajustamento devido à delicada situação financeira do Brasil acerca da dívida externa. Era necessário obter megasuperávits na balança comercial, com intuito de controlar os déficits em conta corrente, visto que os superávits na conta capital não eram mais possíveis. Isso ocorreu devido ao cenário de restrição externa aos países latinos americanos, prejudicados pela contração de liquidez internacional direcionada para países endividados como o Brasil, aliado com os riscos atribuídos devido a Moratória Mexicana.

O objetivo agora era a redução da absorção interna, de modo a gerar excedentes exportáveis. Na nova estratégia, a política monetária ganhava o centro de cena, e a manutenção dos juros reais elevados era sua principal atuação. Os juros altos atuavam duplamente sobre o balanço de pagamentos: reduzindo o déficit em conta corrente, através da redução da absorção interna, e ao “empurrarem” as empresas para o mercado internacional, em busca de juros menores, atrairiam capital estrangeiro

para financiar aquele déficit, que, reconhecidamente não seria eliminado a curto prazo. (HERMANN 2005 P. 110)

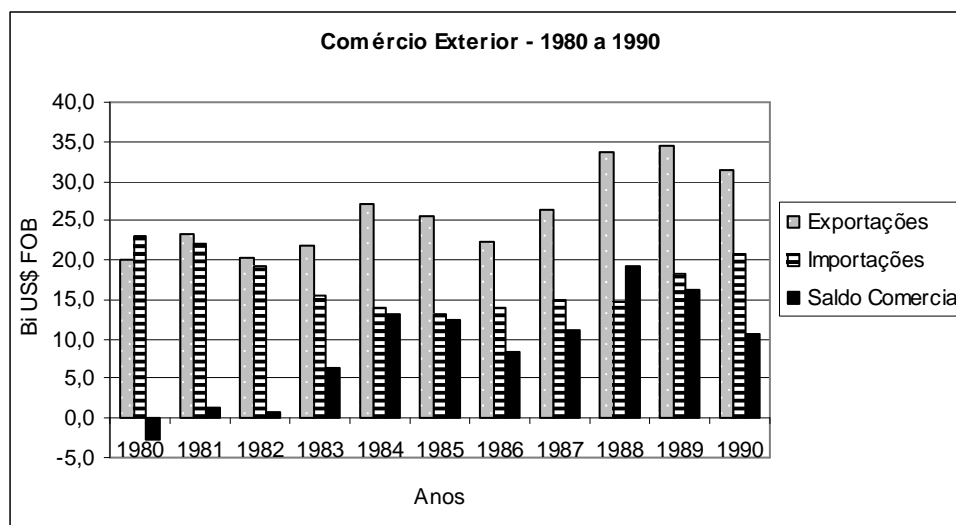
Para conter a demanda interna e atrair recursos externos, optou-se pela elevação da taxa de juros interna, restringindo as importações e deslocando parte do que seria destinado ao consumo interno para as exportações. Além disso, tinham-se as tarifas e as barreiras não tarifárias segundo Silber (2007) fizeram que o país fosse um dos mais fechados do mundo. A contração das importações pode ser observada na tabela 5 e visualizado no gráfico 5:

Tabela 5: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1980 a 1990

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1980	20,1	23,0	-2,8
1981	23,3	22,1	1,2
1982	20,2	19,4	0,8
1983	21,9	15,4	6,5
1984	27,0	13,9	13,1
1985	25,6	13,2	12,5
1986	22,3	14,0	8,3
1987	26,2	15,1	11,2
1988	33,8	14,6	19,2
1989	34,4	18,3	16,1
1990	31,4	20,7	10,8

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

Gráfico 5: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1980 a 1990



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX.

Ao analisar a tabela 5, pode-se observar que houve déficit na balança comercial somente no ano de 1980, assim de 1981 até 1990, a balança comercial apresentou-se superavitária, conseguindo substituir importações e expandindo as exportações de forma expressiva, assim revertendo o movimento deficitário de 1974 a 1979, onde somente o ano de 1977 apresentou um tímido superávit.

3.1.2 Considerações sobre a ISI:

Nas décadas referentes à industrialização por substituição de importações foi visível uma participação ativa do Estado em diversas áreas. (i) incentivando as exportações, (ii) restringindo as importações (via política cambial e tarifária), (iii) protegendo o mercado interno e estimulando a produção, (iv) criando infra-estrutura, (v) financiando o setor privado nacional, dentre outros. No entanto, esse modelo de industrialização devido a proteção excessiva do Estado e falta de concorrência, propiciou atraso tecnológico acerca do parque produtivo nacional, perdendo eficiência e competitividade se comparado aos padrões internacionais.

Franco (1998) assinala que o modelo de substituição de importações levou a perdas de dinamismo na indústria nacional e atraso tecnológico, ao passo que faltava concorrência, devido à proteção e presença do Estado.

Conforme assinalado por Miranda (2000), essa visão advogava que a proteção havia gerado uma estrutura produtiva ineficiente com excessiva diversificação e pouca competitividade internacional. Fazia parte desse quadro geral de ineficiência a exigência de nacionalização e consequência integração vertical. Ademais, esse protecionismo garantia margens de lucros elevadas para as empresas a despeito da baixa produtividade. (CARNEIRO 2002 P. 310)

Por outro lado, segundo Carneiro (2002), deve-se mencionar que o modelo de industrialização via substituição de importações, no geral, propiciou a economia brasileira um dinamismo elevado durante décadas. Visto que a ampliação mercado interno embutido no processo de industrialização, possibilitou ao Brasil crescimento elevado ao decorrer do século XX.

3.2 Abertura Comercial e Financeira

A questão do endividamento externo só passa a ser resolvida com a entrada de capital externo, via abertura financeira, o que, por sua vez, possibilitou déficits na balança comercial, devido a um aumento nas importações propiciadas pela abertura comercial.

A abertura comercial e financeira se inicia no Brasil no fim da década de 80, encerrando o modelo de industrialização por substituição de importações. Nos anos 80, devido a um cenário externo recessivo e a crise da dívida externa, foram necessários obter megasuperávits na balança comercial para compensar os déficits via conta corrente. Na década de 90, a abertura comercial e financeira possibilitou a entrada de recursos financeiros internacionais com maior expressividade, através da conta capital. A entrada de capital externo eliminava a necessidade de gerar megasupravits, assim resolvendo o problema da dívida externa.

A recuperação da liquidez externa² somada a crescente demanda por ativos de maior risco e a liberalização da conta de capital, possibilitaram o expressivo aumento na entrada de recursos externos no Brasil, que podem ser visualizados na tabela 6 e no gráfico 6:

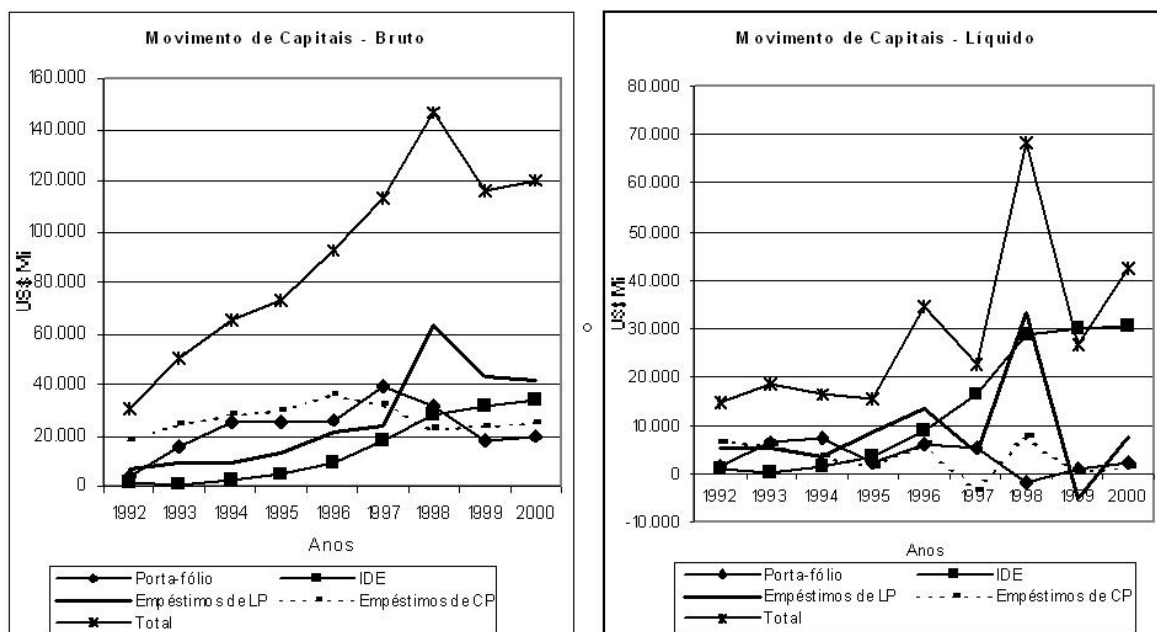
² "O acelerado crescimento da liquidez dos mercados de títulos financeiros, especialmente na economia norte-americana, aumentou a demanda por ativos de maior risco. Essa demanda passou a incluir os ativos das chamadas *economias emergentes*." (STUDART 2005 p. 349).

Tabela 6: Movimentos Líquidos e Brutos de Capitais, em US\$ Mi nos anos 1992 a 2002

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Movimento									
Bruto									
Porta-fólio	3.863	15.352	25.142	24.838	26.078	39.552	31.380	18.293	19.635
IDE	1.325	954	2.356	4.778	9.644	17.897	28.480	31.362	33.597
Empréstimos de LP	7.004	9.726	9.785	13.292	21.014	23.564	63.502	43.447	41.896
Empréstimos de CP	18.346	24.358	28.161	29.656	35.773	32.196	23.047	23.291	24.842
Total	30.538	50.390	65.444	72.564	92.509	113.191	146.409	116.393	119.970
Movimento									
Líquido									
Porta-fólio	1.704	6.650	7.280	2.294	6.040	5.300	-1.851	1.350	2.537
IDE	1.156	374	1.738	3.615	9.124	16.219	28.840	29.987	30.613
Empréstimos de LP	5.280	5.288	3.534	8.382	13.473	4.499	33.375	-4.856	7.803
Empréstimos de CP	6.623	6.012	3.803	1.495	6.117	-3.577	7.931	245	1.551
Total	14.763	18.324	16.355	15.786	34.754	22.441	68.295	26.726	42.505

Fonte: Banco Central Apud Carneiro (2002 p. 275)

Gráfico 6: Movimentos Líquidos e Brutos de Capitais, em US\$ Mi nos anos 1992 a 2002



Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central, apud Carneiro.

A partir de 1992, com uma política de juros internos elevados, o Brasil volta a constituir reservas: “o país voltou, então, a acumular reservas (em vez de perdê-las sistematicamente) e torna-se novamente, um importador líquido de capital”, (STUDART 2005 p. 349). Outro ponto que merece destaque é à entrada de investimentos de portfólio, que segundo Studart (2005 p. 349): “no seu ápice, chegaram a representar mais que 50% dos fluxos de capital para o Brasil”.

A recepção desses recursos possibilitou o aumento das importações, visto que o déficit na balança comercial decorrente da balança comercial pressionava a conta corrente, que a partir do novo modelo, pode ser compensada via superávit na conta capital.

Em outras palavras, em um contexto de pouco crescimento e de abertura comercial acelerada (a partir de 1990), o retorno abrupto dos fluxos voluntários terminou por estimular e facilitar o crescimento das importações e, portanto os subseqüentes déficits de transações correntes. (STUDART 2004 p. 349)

3.2.1 Abertura Comercial:

Na década de 80 foi possível observar um movimento intenso de abertura comercial nos países da América do Sul, incluindo o Brasil. Conforme Lacerda et al (2005 p. 202):

A partir da segunda metade dos anos 1980 ocorreu uma generalizada abertura comercial nos países latino-americanos. Em 1988, o Brasil iniciava sua reforma comercial com a eliminação de dos controles quantitativos e administrativos sobre suas importações e uma proposta de redução tarifária.

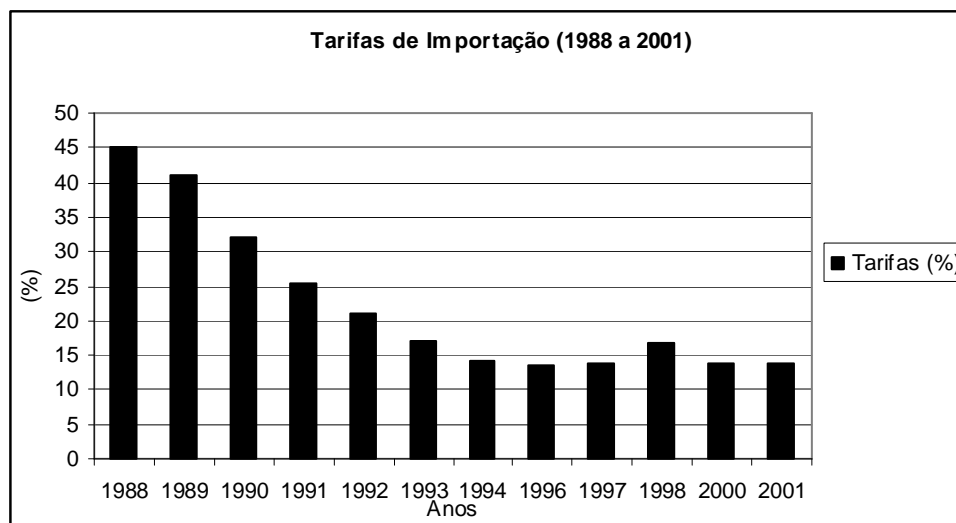
Uma medida de extrema relevância acerca da abertura comercial foi à diminuição expressiva das tarifas de importação e a eliminação das barreiras não tarifárias, visando liberar o comércio com exterior. O intuito era reduzir as tarifas de forma expressiva de 1990 a 1994, no entanto já em 1992 podem-se observar uma redução tarifaria. Assim, segundo Silber (2007 p. 5) tem-se as tarifas de importação:

Tabela 7: Parâmetros Básicos da Estrutura Tarifária Brasileira em (%) nos anos 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001

Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1996	1997	1998	2000	2001
Tarifas (%)	45,00	41,00	32,20	25,30	21,20	17,10	14,20	13,60	13,80	16,70	14,00	13,80

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados de Silber (2007).

Gráfico 7: Parâmetros Básicos da Estrutura Tarifária Brasileira em (%) nos anos 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1996, 1997, 1998, 2000 e 2001



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos de Silber (2007).

Ao verificar a tabela, pode-se observar que de 1988 a 1994 as tarifas de importação caíram para 1/3, dessa forma tornado-se um poderoso instrumento da abertura comercial. Nesse sentido ocasionando um aumento das importações, e conseqüentes déficits na balança comerciais (no novo modelo financiado pela entrada de recursos na conta capital). Além disso contribuiu para a reestruturação produtiva do país.

Como já mencionado anteriormente, o modelo anterior (industrialização via substituição de importações), deixou um parque industrial defasado, comparado com os padrões internacionais. Assim foi necessária uma modernização das plantas industriais brasileiras. Nesse sentido, as políticas da abertura comercial se direcionavam na questão da competitividade, permitindo a entrada de bens estrangeiros para concorrer com os bens locais. No que concerne à concorrência, Carneiro (2002 p. 310) assinala que:

O novo modelo de crescimento colocar-se-ia como uma alternativa radical ao desenvolvimentismo ao definir a concorrência como motor primordial do processo. Ou seja, em substituição às políticas de demanda ou de garantia de mercado decorrentes do primeiro paradigma propõe-se uma política de oferta, sintetizada na aplicação da concorrência. Esse seria o mecanismo central de estímulo a incorporação de novas tecnologias, sustentando o ciclo virtuoso de aumento de produtividade e salários reais.

Os produtos e as indústrias brasileiros apresentavam certo atraso tecnológico com relação aos padrões internacionais, oriundos do modelo de substituição de importações. Nesse sentido, a abertura comercial possibilitou a entrada de concorrência externa frente aos produtos nacionais e uma modernização do parque industrial brasileiro.

Tratando-se da competitividade, tem-se a concorrência dos produtores locais com os produtos externos, no entanto convêm mencionar as diferenças entre os produtores locais e os internacionais. Conforme Lacerda et al (2005 p. 204), os produtores internos, diferentemente dos internacionais, eram prejudicados por diversos fatores: burocracia, tributação, taxa de juros elevadas e carência de infra-estrutura.

Segundo Lacerda et al (2005 p. 206), o discurso da concorrência e ganhos de produtividade seria detalhado no documento Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior, tendo em vista “o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com base na modernização e reestruturação da indústria”. Assim têm-se as seguintes estratégias:

- a) “Redução dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento de mecanismos de defesa da concorrência.
- b) Reestruturação competitiva da indústria mediante a adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infraestrutura tecnológica.
- c) Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, por meio de maior especialização da produção.
- d) Exposição da indústria à competição internacional, visando maior inserção no mercado externo, melhora de qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados.” (GUIMARÃES 1995, apud LACERDA et al 2005 p. 208)
- e) Capacitação tecnológica da empresa nacional, por meio de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações dos demais setores.

A abertura comercial propiciou uma modernização no parque industrial brasileiro, visto que os bens importados necessários (bens de capital, maquinários, equipamentos, etc.) foram barateados, em função da ampliação do coeficiente de abertura iniciada nos anos 90. Além disso, forneceu aos brasileiros produtos e serviços com maior nível tecnológico, menor preço e maior diversidade.

Por outro lado, o novo modelo causou aumento das importações (destacam-se as importações de bens de capital com o objetivo de modernizar as industriais brasileiras), e a partir da segunda metade da década déficits na balança comercial, que seriam financiados com a entrada de capital externo, via superávits na conta capital. Os dados referentes ao comércio exterior nesse período serão analisados no próximo capítulo.

3.3 Plano Real

3.3.1 1994 a 1998:

O Plano Real foi oficializado em Julho de 1994. Primeiramente, antes da implementação do Plano Real no Brasil foi instituída a URV, um indexador que tinha seu

valor corrigido diariamente devido a mudanças de preços na moeda corrente, estendendo a sua abrangência a taxa de câmbio, salários, preços e tributos governamentais. No dia 30 de junho de 1994 foi estabelecida a paridade R\$ 1,00 = CR\$ 2.750,00. Segundo Carneiro (2002 p. 367):

Após a fase inicial de alinhamento de preços relativos, todos os preços foram expressos obrigatoriamente em reais a partir de Julho de 1994. Ficou então caracterizada a queda permanente da inflação na nova moeda, mas que já se evidenciara na unidade de conta (URV). Apesar disso, a taxa de inflação ainda continuou expressiva durante os dois anos seguintes, caindo para um dígito somente em 1997.

Um outro fator de extrema relevância se refere à taxa de câmbio, que foi mantida fixada com relação ao Dólar, segundo Carneiro (2002 p. 357), com intuito de alcançar mais rápido a estabilidade de preços, “utiliza-se à fixação do valor externo da moeda como meio para alcançar a estabilidade do valor interno da moeda”.

Para manter a âncora cambial, o acúmulo de reservas internacionais foi fundamental para “prevenção” acerca de um movimento especulativo. Nesse sentido, a abertura financeira propiciou ao Brasil uma maior entrada de capital externo, assim propiciando uma situação mais confortável no que concerne às reservas internacionais, que podem ser visualizadas na tabela 8. Paralelamente a esse movimento, a taxa de juros manteve-se elevada para aumentar o grau de atratividade dos nossos ativos perante os demais mercados externos. A tabela 8 demonstra tais números:

Tabela 8: Taxa Selic em (%), Reservas Internacionais em US\$ Mi, e Taxa de Câmbio em R\$ por US\$ nos anos 1995 a 1998

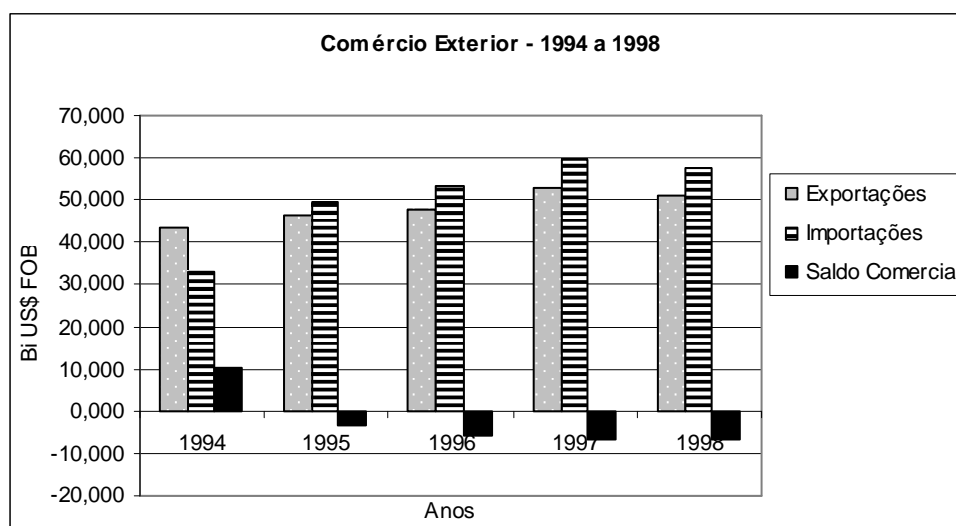
Ano	Taxa Selic Over (%)	Reservas Internacionais US\$ Mi	Taxa de Câmbio R\$-US\$ (média anual)
1995	43,3649	51.840,000	0,9176
1996	24,475	60.110,000	1,0051
1997	22,3604	52.173,000	1,0780
1998	25,5808	44.556,444	1,1605

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IPEADATA

A elevada taxa de juros brasileira atribui aos ativos nacionais melhor atratividade, assim provocando entrada de capitais externos no país em moeda estrangeira, e a medida que essas foram trocadas por reais contribuíram para a valorização do Real³.

As importações nesse período se expandiram de forma significativa, visto que além da abertura comercial iniciada nos anos 90, o Real estava valorizado. Esses dois fatores favoreceram a expansão das importações, que excederam as exportações, dessa forma implicando em déficits na balança comercial. O comportamento da balança comercial pode ser verificada no gráfico 8, e serão revistos com mais profundidade no próximo capítulo.

Gráfico 8: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 1994 a 1998



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX.

Os crescentes déficits em conta corrente (ocasionados pelo déficit na balança comercial) eram compensados por entrada de capital financeiro externo, via conta capital. No entanto, para elevar o grau de atratividade dos ativos brasileiros, a taxa de juros se manteve elevada, assim gerando pressão nas despesas financeiras. “Isso, por sua vez, pressiona as contas públicas e contribuiu para piorar a trajetória da relação dívida pública/PIB, além de representar um entrave para a melhora do nível de atividade” (GIAMBIAGI, 2005, p. 175).

³ Conforme Giambiagi (2005), entre 1995 e 1998, embora a âncora cambial tenha sofrido um desgaste, ela teve papel fundamental no combate à inflação.

Segundo o autor, esse *mix* déficits em conta corrente e taxa de juros reais elevadas, poderia ser mantido até o momento em que existisse possibilidade para captar recursos no mercado externo, porém o cenário econômico mostrou-se adverso nesse período. No segundo semestre de 1998, as fontes de financiamento externo se restringiram, assim constituindo um novo cenário, que será demonstrado a seguir.

3.3.2 1998 a 1999:

A economia brasileira nos anos 90 foi atingida por três crises, a crise do México em 1994/1995, crise asiática em 1997 e crise da Rússia em 1998. Segundo Giambiagi (2005 p. 176), “Em todas elas, o Brasil foi seriamente afetado pelo “efeito contágio” associado a redução dos empréstimos aos países ditos “emergentes”, que sobreveio a cada crise”.

Segundo Filgueiras (2000), a crise cambial do México em 1994 demonstrou a impossibilidade de os países periféricos sustentarem a estabilidade de preços via sobrevalorização cambial. O governo brasileiro, em contrapartida a crise Mexicana, elevou as taxas de juros com intuito de atrair capital de curto prazo, visto que a fuga de capitais especulativos desvalorizaram o real, fazendo com que a banda cambial sofresse alterações, passando de R\$ 0,82 a R\$ 0,86 para R\$ 0,91 a R\$ 0,99.

Tratando-se da crise asiática, segundo Filgueiras (2000), as moedas da Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas sofreram desvalorizações, posteriormente atingiram Hong-kong e desvalorizaram o *won* coreano. A crise asiática possibilitou mais um período recessivo da economia. Como reflexo, houve aceleração da fuga de capitais do país, fazendo com que o governo elevasse novamente a taxa de juros (para 43% aa.). No entanto, a recuperação das reservas internacionais, a partir de janeiro de 1998, possibilitaram a queda da taxa de juros ao longo dos três primeiros trimestres de 1998. O ano de 1998 foi marcado por uma redução na atividade, desemprego, elevação das dívidas interna e externa e aceleração do déficit público. Esse cenário recessivo foi conjuntura inicial de uma nova crise, a crise russa.

Conforme Filgueiras (2000), o cenário instável dos mercados internacionais aliados com a crise russa (moratória e desvalorização do rublo), atingiram o Brasil. Em contrapartida a essa crise, a medida adotada pelo governo foi novamente à elevação da taxa de juros (de 19% para 29% e depois para 49%). Segundo Giambiagi (2005 p. 176), a

moratória da Rússia em meados de 1998 revirou o cenário econômico acerca do financiamento para países emergentes, que nem mesmo a elevada taxa de juros foi capaz de contornar a situação. Isso fez com que o governo brasileiro entrasse em negociação com o FMI, no entanto o quadro foi ficando crítico, o pessimismo externo prevaleceu, fazendo com que se acelerasse a perda de reservas.

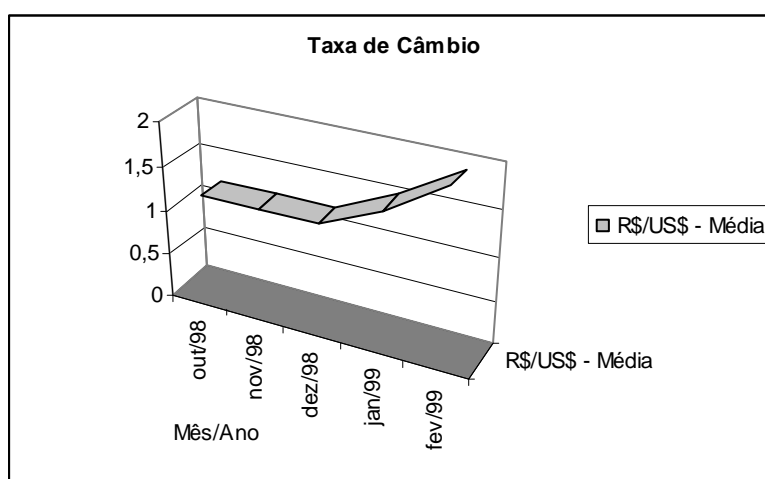
As perdas de reservas foram inevitáveis e, logo, o governo deixou o câmbio flutuar. A taxa de câmbio já no início de 1999 se expandiu abruptamente. Na tabela 9 e no gráfico 9 pode-se observar o comportamento da taxa de câmbio para o dado período.

Tabela 9: Taxa de Câmbio Média Mensal em R\$ por US\$, entre outubro de 98 a fevereiro de 99

Mês/Ano	R\$/US\$ - Média
out/98	1,1876
nov/98	1,1929
dez/98	1,2046
jan/99	1,5011
fev/99	1,9129

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA.

Gráfico 9: Taxa de Câmbio Média Mensal em R\$ por US\$, entre outubro de 1998 a fevereiro de 1999



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA.

Comparando as médias de outubro de 1998 e fevereiro de 1999, acerca da taxa média mensal de câmbio, o real se desvalorizou cerca de 60% em quatro meses. Assim caracterizando o ano de 1999 como a passagem da âncora cambial para o sistema de metas de inflação, possibilitando que o real flutuasse.

Com o real desvalorizado, a partir de 1999 as importações se contraem frente as exportações, assim colocando a balança comercial em situação mais favorável devido ao aumento das exportações. Após seis anos de consecutivos déficits na balança comercial, tem-se em 2001 um superávit de US\$ 2,642 Bi. Os impactos nas exportações, serão verificados com maior profundidade no próximo capítulo.

3.3.3 2000 a 2005:

Em 2001 três principais crises abalam a economia brasileira: a crise energética, crise da Argentina e o atentado de 11 de setembro. A crise energética, segundo Giambiagi (2005) foi fruto da falta de investimentos em infra-estrutura nas hidrelétricas; isso ocorreu devido à expectativa da privatização das usinas hidrelétricas. No entanto nem a privatização e nem as modificações foram efetuadas. Além disso tinha-se a crescente demanda por energia e o baixo nível pluviométrico dos reservatórios. Tal quadro resultou em um ajuste severo da demanda por energia em 20%.

A crise da Argentina contraiu a entrada de capitais e importações oriundas desse país destinadas ao Brasil. O atentado de 11 de setembro atingiu o mercado financeiro internacional e conseqüentemente o Brasil, conforme Giambiagi (2005 p. 181):

Em 2001, a economia foi prejudicada por uma combinação de eventos, incluindo a crise de energia, o “contágio” argentino – que diminuiu a entrada de capitais – e os atentados terroristas de 11 de setembro, que abalaram fortemente os mercados mundiais. Nesse contexto, o risco país voltou a aumentar, refletindo um menor disposição de capitais para o país e afetando os juros domésticos.

Segundo Giambiagi (2005), em 2002, Lula é eleito em meio a uma crise desconfiança acerca de sua política econômica. Tal receio pode ser observado via elevação do risco país, elevação da taxa de câmbio e elevação da expectativa de inflação. O risco país, medidos pelos C-Bonds passou de 700 pontos-base em março de 2002 para mais de 2000 em outubro do mesmo ano. O dólar que em março de 2002 era de R\$ 2,32 passou para US\$ 3,89 em setembro do mesmo ano. A expectativa para inflação que em janeiro de 2002 era de 4,0% e chegou a 11% em novembro do mesmo ano.

Conforme Giambiagi (2005), em 2003 a crise de desconfiança é cessada, devido a atitudes ortodoxas “pró-mercado” que confortaram o mercado internacional: (i) Henrique Meireles foi nomeado presidente do Banco Central, (ii) as metas para a inflação

comprimidas, (iii) a taxa Selic foi elevada (antes um “tabu” para o PT), (iv) foram ordenados cortes nos gastos públicos e (v) renegociação com o FMI.

O governo eleito manteve o sistema de metas de inflação adotado no segundo governo FHC e uma taxa de juros elevada, assim controlando a inflação e atraindo recursos financeiros externos, que, por sua vez, contribuíram para a valorização do real. A tabela 10, demonstra os números referentes à taxa de juros e taxa de câmbio para o período.

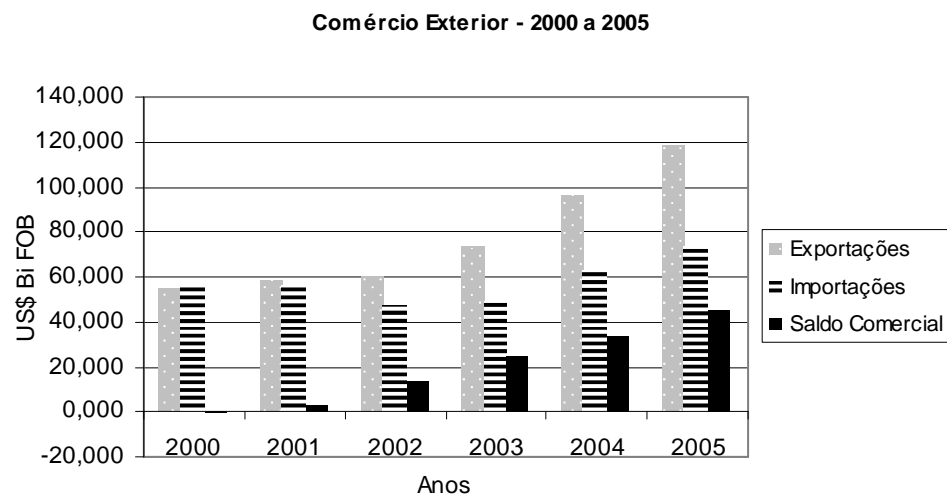
Tabela 10: Taxa Selic em (%) e Taxa de Câmbio média anual R\$ por US\$ nos anos 2000 a 2005

Ano	Taxa Selic Over (%)	Taxa de Câmbio R\$-US\$ (média anual)
2000	16,1781	1,8302
2001	16,0794	2,3504
2002	17,6705	2,9211
2003	21,1691	3,0783
2004	15,1494	2,9259
2005	17,5652	2,4352

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA

Tratando-se das exportações nesse período (2000 a 2005), pode-se observar que houve melhoras significativas, onde a partir do ano 2001 têm-se superávits na balança comercial. No entanto o que mais se destaca no gráfico 10 são as crescentes exportações no período, principalmente no *boom* exportador (2003 a 2005) cuja o crescimento foi a taxas médias anuais de 25,1%, que serão analisadas no capítulo seguinte, a partir das exportações de 1990 a 2002.

Gráfico 10: Exportações, Importações e Saldos Comerciais Brasileiros, em Bi US\$ (FOB), nos anos 2000 a 2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ANOS 1990 A 2005

Este capítulo tem o intuito de analisar a inserção do Brasil no comércio internacional através do perfil das exportações brasileiras entre os anos 1990 a 2005, ou seja, da abertura comercial e financeira ocorrida no fim da década de 80 até o início deste milênio. Para atingir esse objetivo o presente capítulo será dividido em quatro partes.

A primeira parte trata da análise das exportações brasileiras nos anos 1990 a 2002, com intuito de verificar se houveram alterações significativas na pauta exportadora brasileira no período 2003 a 2005. A segunda parte se refere à análise das exportações anos 2003 a 2005, onde as exportações brasileiras cresceram a taxas mais expressivas. A terceira parte se refere às importações e saldos comerciais no período 1990 a 2005. Por fim, a última seção analisa o comércio global e posteriormente a participação do Brasil no comércio mundial total.

4.1 Análise das Exportações Brasileiras no Período 1990-2002

A análise desta seção será dividida em três períodos, o primeiro se refere aos anos 1990 a 1994, onde ocorreu a abertura comercial e financeira. O segundo se trata do triênio 1994 a 1997, ao passo que nesse período tem-se a valorização do real concomitantemente a abertura comercial e financeira. O último período se refere aos anos 1998 a 2002, que têm como pano de fundo a desvalorização cambial, onde se tem a passagem do câmbio fixo para a livre flutuação em 1999.

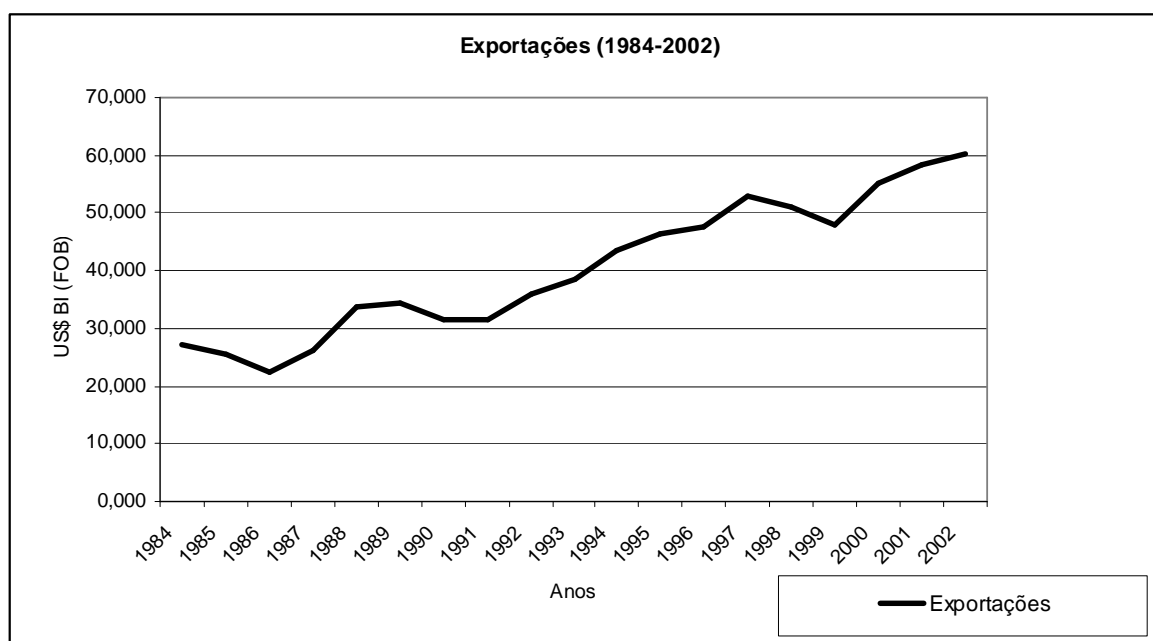
Para melhor visualização dos dados referentes às exportações brasileiras tem-se a tabela 11 e o gráfico 11:

Tabela 11: Exportações Brasileiras em US\$ Bi (FOB) e Variação com relação ao ano anterior em (%) nos anos 1984 a 2002

Exportações			Importações		
Ano	Brasileiras Bi US\$ (FOB)	Variação (%)	Ano	Brasileiras Bi US\$ (FOB)	Variação (%)
1984	27,005	23,316	1994	43,545	12,943
1985	25,639	-5,058	1995	46,506	6,800
1986	22,349	-12,832	1996	47,747	2,668
1987	26,224	17,339	1997	52,994	10,989
1988	33,789	28,848	1998	51,140	-3,499
1989	34,383	1,758	1999	48,011	-6,119
1990	31,414	-8,635	2000	55,086	14,736
1991	31,620	0,656	2001	58,223	5,695
1992	35,793	13,197	2002	60,361	3,672
1993	38,555	7,717	--	--	--

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

Gráfico 11: Exportações Brasileiras em Bi US\$ (FOB), no período 1984 a 2002



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

4.1.1 1990 a 1994:

A partir da abertura comercial e financeira nos primeiros anos na década de 90, observaram-se taxas de crescimento mais expressivas das exportações brasileiras a partir 1992 (13,19%), 1993 (7,71%) e 1994 (12,94%). Assim, resultando em uma taxa média de crescimento de 4,8% a.a. para o período em questão. Conforme Risseti (2003), a abertura comercial possibilitou direcionar parte da produção interna para as exportações, devido a presença de produtos importados.

4.1.2 1994 a 1997:

Para o período de 1994 a 1997 as exportações apresentaram um crescimento médio anual de 8,2%, para os anos em questão. Com destaque para os anos 1994 e 1997 com crescimento de 12,94% e 10,98% respectivamente.

Segundo Silber (1997), além de uma forte valorização cambial, um sistema tributário prejudicial à produção interna, juros reais elevados e sistema de logística⁴ deficiente explicam o baixo crescimento das exportações brasileiras em meados da década de 90.

4.1.3 1998 a 2002:

Os anos de 1998 e 1999 sofreram queda nos valores exportados, 3,49% e 6,11% respectivamente. No entanto, a partir do ano 2000 as exportações brasileiras começam a apresentar variações positivas, no ano 2000 as exportações brasileiras cresceram 14,73%, em 2001 aumentaram 5,69% e em 2002 o crescimento foi de 3,67%. A taxa de crescimento médio nos anos 1998-2002 foi de 2,63% a.a.

⁴ Segundo Wikipédia: "Logística é a arte de comprar, receber, armazenar, separar, expedir, transportar e entregar o produto/serviço certo, na hora certa, no lugar certo, ao menor custo possível".

De 1998 para 1999, a taxa de câmbio passa a flutuar livremente, criando assim condições mais favoráveis às exportações. No entanto, isso não ocorreu imediatamente, uma vez que houve redução nos preços externos dos produtos primários, responsáveis por parte considerável das exportações brasileiras. Outros fatores que prejudicaram o crescimento das exportações brasileiras nos anos 1998-1999 foram às crises Asiática e Russa, assim prejudicando as exportações brasileiras com destino a Aladi, Ásia e Europa Ocidental.

No ano 2000, conforme BBC (2000), as exportações foram favorecidas pelo crescimento expressivo do comércio mundial, cerca de 10% com relação ao ano de 1999. Além disso, têm-se outros dois motivos que contribuíram para o aumento das exportações no ano 2000, o ganho de produtividade oriundo da reestruturação produtiva possibilitado da abertura comercial e a desvalorização cambial, que melhorou a competitividade via preços de nossas vendas externas.

Segundo BBC (2001), em 2001 as exportações cresceram devido à depreciação cambial e à doença que dizimou os rebanhos europeus, o que, por sua vez possibilitou aumentar as exportações brasileiras com destino às regiões afetadas pela “vaca louca”. Outro fator que contribuiu para o aumento das exportações foi o aumento das vendas destinadas ao leste europeu e oriente médio. Por outro lado, o baixo crescimento do comércio e produto mundial não favoreceram as exportações brasileiras.

As exportações no ano de 2002, conforme BBC (2002) se expandiram devido à recuperação da economia mundial e da economia Argentina (exportações com destino a esse país se elevaram no primeiro semestre do ano em questão), melhor desempenho em mercados tradicionais e melhor relação comercial com a China, México, Rússia, Índia, Coréia do Sul e Japão.

A partir desses dados pode-se constatar que embora a desvalorização cambial seja um elemento importante para o aumento das exportações, essas só se consolidaram de fato, a partir do aumento demanda externa, nos anos seqüentes.

4.2 O perfil da Pauta de Exportação (1990-2002)

Após verificar o desempenho comercial brasileiro no período 1990-2002, procura-se analisar quais segmentos foram responsáveis por tal desempenho.

4.2.1 Classe de Produtos

A tabela 12 mostra o desempenho das exportações por classe de produtos entre 1990 a 2002 e suas variações anuais:

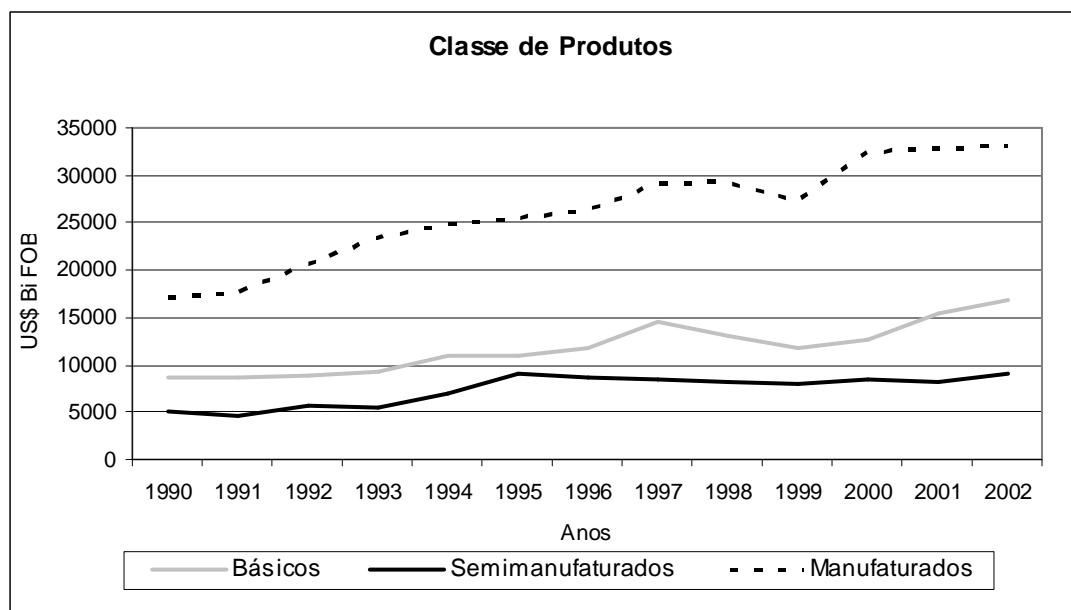
Tabela 12: Exportações brasileiras por Classe de Produtos em Bi US\$ (FOB) e Variação com relação ao ano anterior em % durante os anos 1990 a 2002

Ano	Básicos	Var. %	Semimanufat.	Var. %	Manufaturados	Var. %
1990	8746	-8,409	5108	-12,037	17011	-8,710
1991	8737	-0,103	4691	-8,164	17757	4,385
1992	8830	1,064	5750	22,575	20754	16,878
1993	9366	6,070	5445	-5,304	23437	12,928
1994	11058	18,065	6893	26,593	24959	6,494
1995	10969	-0,805	9146	32,685	25565	2,428
1996	11900	8,488	8613	-5,828	26413	3,317
1997	14474	21,630	8478	-1,567	29194	10,529
1998	12977	-10,343	8120	-4,223	29387	0,661
1999	11828	-8,854	7982	-1,700	27329	-7,003
2000	12562	6,206	8499	6,477	32528	19,024
2001	15342	22,130	8244	-3,000	32901	1,147
2002	16952	10,494	8964	8,734	33001	0,304

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

Para uma melhor visualização tem-se o gráfico 12:

Gráfico 12: Exportações Brasileiras por Classes de Produtos em US\$ Bi (FOB), durante os anos 1990 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

4.2.1.1 Básicos

As exportações dos produtos básicos de 1990 a 1994 apresentaram taxa de crescimento anual média de 2,97%. Já no período correspondente da abertura comercial somada a valorização do real (1994 a 1997), a taxa de crescimento média anual dos produtos básicos foi de 11,49%. No período onde tem-se a desvalorização do real (1998-2002), a taxa média de crescimento foi de 3,21%.

Em 1997, os valores foram puxados (alta de 21%) pelas exportações de café e soja, visto que a safra agrícola nacional foi expressiva, fazendo com que aumentassem o volume exportado. Já nos anos de 1998 e 1999 os preços de algumas *commodities*, café e soja caem, fazendo com que as exportações de produtos básicos se contraíssem. Em 2000 os valores crescem devido à desaceleração da queda dos preços, que foi prejudicada pela diminuição do preço das carnes exportadas, BBC (2000).

As exportações de produtos básicos destinadas a Europa aumentaram no ano de 2001 devido a diminuição da produção europeia, de carnes e ração. Outro motivo que pode elevar as exportações dos produtos básicos foram o aumento na quantidade exportada da soja em grão e farelo de soja, destinada principalmente países da União Europeia e Ásia, BBC (2001).

No ano de 2002, as exportações de produtos básicos se expandiram de forma generalizada, exceto com o Mercosul, onde houve redução nas vendas de 36,6%. Conforme BBC (2002 p. 134):

A ampliação das vendas a mercados não tradicionais, na África, no Leste Europeu, no Oriente Médio e na Ásia, e de produtos não tradicionais, explicam parcela representativa do aumento nas exportações de produtos básicos.

4.2.1.2 Produtos Semimanufaturados

Analisando a tabela acerca dos produtos semimanufaturados, pode-se observar uma taxa média de crescimento anual de 3,48% nos anos 1990 a 1994, que corresponde ao início da abertura comercial, (destaque para o ano de 1994 de 26,59%). Os anos que correspondem à valorização do real, 1994 a 1997, possuíram uma taxa de crescimento média de 11,7%. Esse resultado foi puxado pela alta nos anos de 1994 e 1995, onde suas exportações elevaram-se na ordem de 26,59% e 32,68%. Tratando-se dos anos que se referem a valorização do real, 1998 a 2002, as exportações de semimanufaturados cresceram a uma taxa média modesta, 1,1% a.a.

O desempenho negativo das exportações dos produtos semimanufaturados em 1997, segundo BBC (1997), deve-se a baixa cotação da celulose, açúcar e alguns produtos metalúrgicos, que representam expressividade das exportações de semimanufaturados brasileiros. Em 1999, conforme BBC (1999) os produtos semimanufaturados atenderam rapidamente a melhora nas economias dos países asiáticos e União Européia:

Os produtos semimanufaturados reagiram mais rapidamente à melhora da economia mundial, sobretudo ao crescimento dos países asiáticos e da União Européia (UE) e à manutenção do dinamismo da economia norte-americana. O crescimento de 16,8% na quantidade exportada foi o principal responsável pela retração de apenas 1,7% das receitas, que somaram US\$ 8 bilhões, já que os preços apresentaram retração de 5,7%, a maior entre as categorias de fator agregado. (BBC 1999 p. 130)

No ano 2001, as exportações de semimanufaturados diminuíram 3%, no entanto esse resultado pode ser considerado favorável, segundo BBC (2001 p. 150):

As exportações de produtos semimanufaturados somaram US\$8,2 bilhões, retração de 3% no ano, representando 14,2% do total

exportado pelo país. A queda no valor deveu-se à diminuição de 10,5% nos preços e expansão de 8,4% na quantidade exportada. Esse resultado pode ser considerado favorável, na medida em que os semimanufaturados constituem-se, basicamente de matérias-primas e produtos intermediários para a indústria, cuja demanda é mais suscetível à queda em períodos de retração na atividade econômica, como ocorreu em 2001.

No entanto em 2002, as exportações dos produtos semimanufaturados se elevaram de forma considerável, conforme a tabela 12, 8,73%. Esse resultado foi devido à queda dos preços, depreciação cambial e consolidação de novos mercados e abertura de novos, BBC (2002).

4.2.1.3 Produtos Manufaturados

A exportação dos produtos manufaturados apresentou tendência de alta nesses últimos quinze anos (com exceção dos anos 1990 e 1999, com quedas de 8,71% e 7%, respectivamente). De 1990 a 1994, período inicial da abertura comercial, a taxa média de crescimento anual foi de 6%. Nos anos 1994 a 1997, onde o Real manteve-se valorizado a taxa média de crescimento anual foi de 5,64%. De 1998 a 2002 a taxa de crescimento média de crescimento anual se situou em 2,48%.

As quedas dos anos 1998 e 1999 foram frutos da contração do crédito bancário externo e retração nos principais mercados para esses produtos brasileiros. Já o crescimento do ano 2000, conforme BBC (2000), decorreu do crescimento econômico mundial e a melhoria na competitividade proporcionada pela desvalorização cambial e a modernização das empresas:

O desempenho da categoria, principal responsável pela evolução das exportações no ano, esteve associado ao crescimento econômico mundial e a melhoria na competitividade proporcionada tanto pela desvalorização cambial de janeiro de 1999 quanto pela modernização tecnológica nas empresas. (BBC 2000 p. 142)

Em 2001 as exportações dos produtos manufaturados foram prejudicadas pela contração das exportações para a Argentina, que corresponde a uma parcela significativa desses produtos. Já em 2002 a recuperação da Argentina, a depreciação do câmbio e a recuperação do comércio mundial favoreceram as exportações de manufaturados no período.

4.2.1.4 Participação sobre o total

A tabela 13 demonstra a participação das classes de produtos sobre total exportado:

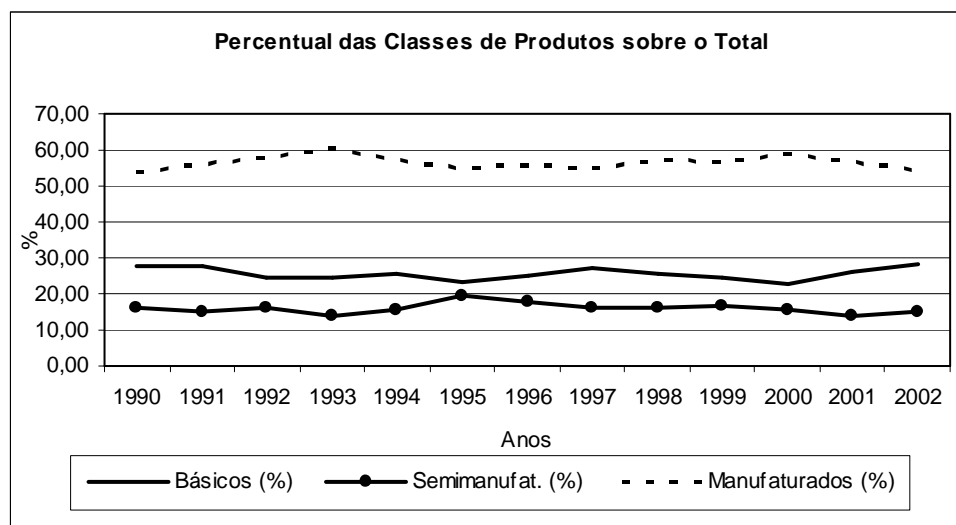
Tabela 13: Participação das classes de produtos sobre a totalidade das exportações brasileiras em (%), nos anos 1990 a 2002

Ano	Básicos (%)	Semimanufat. (%)	Manufaturados (%)
1990	27,84	16,26	54,15
1991	27,63	14,84	56,16
1992	24,67	16,06	57,98
1993	24,29	14,12	60,79
1994	25,39	15,83	57,32
1995	23,59	19,67	54,97
1996	24,92	18,04	55,32
1997	27,31	16,00	55,09
1998	25,38	15,88	57,46
1999	24,64	16,63	56,92
2000	22,80	15,43	59,05
2001	26,35	14,16	56,51
2002	28,08	14,85	54,67

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

A abertura comercial iniciada nos anos 90 não alterou de forma significativa a pauta das exportações brasileiras, classificadas em classe de produtos. Ao analisar os dados acima, pode-se observar que as vendas externas do Brasil embora tenham sofrido variações, não apresentaram alterações significativas no que diz respeito à participação das classes de produtos, sempre com os produtos manufaturados na frente, seguidos dos semimanufaturados e por último os produtos básicos. Tal movimento pode ser melhor visualizado no gráfico 13.

Gráfico 13: Participação das classes de produtos sobre a totalidade das exportações brasileiras nos anos 1990 a 2002 em (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

Ao analisar as classes de produtos nos anos 1990 a 2002, é possível observar que a divisão das exportações brasileiras entre produtos básicos semimanufaturados e manufaturados não apresentou diferenças significativas na pauta exportadora brasileira. A fim de buscar qualificar um pouco mais o perfil das exportações, na próxima seção buscase a pauta das exportações por setores.

4.2.2 Setores

Os dados dos trinta e um setores relacionados abaixo foram retirados da FUNCEX, e posteriormente foram efetuadas as médias correspondentes para os períodos de 1990 a 1994 (início da abertura comercial e financeira), 1994 a 1997 (abertura e valorização do real) e 1998 a 2002 (desvalorização cambial). A tabela 14 ilustra os trinta e um setores, fornecendo a média de participação em (%), nos períodos 1990-1994, 1994-1997 e 1998-2002 sobre o total exportado.

Tabela 14: Participação média dos setores relacionados abaixo sobre o total exportado nos respectivos anos, nos períodos: 1990-1994, 1994-1997 e 1998-2002

Setores	Participação	Participação	Participação
	Média (1990-1994) (%)	Média (1994-1997) (%)	Média (1998-2002) (%)
Abate de animais	3,08%	3,17%	4,33%
Açúcar	1,84%	3,32%	3,53%
Agropecuária	3,87%	4,18%	5,73%
Artigos de vestuário	0,45%	0,35%	0,20%
Beneficiamento de produtos vegetais	5,97%	5,65%	4,49%
Borracha	1,17%	1,27%	1,20%
Café	4,65%	5,67%	3,77%
Calçados, couros e peles	5,21%	4,74%	4,35%
Celulose, papel e gráfica	4,10%	4,55%	4,15%
Elementos químicos	1,77%	1,95%	2,01%
Equipamentos eletrônicos	1,89%	1,74%	3,32%
Extrativa Mineral	8,08%	6,65%	6,89%
Farmacêutica e perfumaria	0,48%	0,63%	0,81%
Indústrias diversas	2,00%	1,80%	1,93%
Laticínios	0,02%	0,02%	0,03%
Madeira e mobiliário	2,17%	3,03%	3,49%
Máquinas e tratotes	4,39%	5,12%	4,13%
Material elétrico	2,89%	2,91%	2,66%
Metalurgia não ferrosos	4,62%	4,60%	3,70%
Minerais não metálicos	0,93%	1,01%	1,05%
Óleos Vegetais	6,14%	6,98%	4,74%
Outros produtos Alimentares	1,41%	1,30%	1,48%
Outros produtos metalúrgicos	1,69%	1,70%	1,56%
Peças e outros veículos	7,33%	7,56%	10,75%
Petróleo e Carvão	0,00%	0,04%	0,89%
Plástica	0,22%	0,25%	0,25%
Químicos diversos	1,20%	1,53%	1,47%
Refino de petróleo e petroquímicos	4,68%	3,93%	4,10%
Siderurgia	10,90%	8,46%	6,18%
Têxtil	3,18%	2,37%	1,86%
Veículos automotores	3,68%	3,54%	4,94%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

Observando as médias referentes aos anos em questão pode-se observar que a pauta exportadora brasileira possui diversos setores que produzem basicamente *commodities*, visto que os setores que detêm participação relevante da pauta exportadora produzem basicamente *commodities*, siderurgia, extrativa mineral, agropecuária, abate de animais, agropecuária, beneficiamento de produtos vegetais, óleos vegetais, etc.

No entanto convém mencionar que setores dotados de maior tecnologia, ganharam participação na pauta exportadora brasileira, como por exemplo o setor de peças e outros veículos, que passaram da participação média de 7,33% no período de 1990-1994 para 10,75% na média de 1998-2002. Bem como o setor de veículos automotores, que passaram de uma participação média de 3,68% em 1990-1994 para 4,94% em 1998-2002.

4.3 O período do “*Boom*” Exportador (2003-2005)

De 2002 a 2005 as exportações brasileiras quase duplicaram passando de US\$ 60,361 Bi para US\$ 118,30 Bi, uma marca histórica. O crescimento médio anual nesse período foi de 25,1%. No entanto, o maior crescimento das exportações foi no ano de 2004, com um aumento de 32% comparados aos números de 2003 (que se expandiram 21,07%). Já em 2005, as vendas externas também continuaram em ascensão, porém a taxas decrescentes com relação ao anos de 2004, 22,63%.

No ano de 2003, as exportações começam a crescer de forma mais expressiva com relação aos anos anteriores, 21,07%. Tal ascensão é devida a diversos fatores externos, como o crescimento do comércio mundial e conforme BBC (2003), as vendas de carnes e matérias primas para ração animal se expandiram, devido à crise da “vacca louca” na Europa e o aumento do preço das *commodities*, que estimularam as exportações das mesmas. Além disso, tem-se a retomada das exportações para a Argentina e a consolidação de novos destinos que representaram expansão considerável de nossas exportações (como exemplo, a China). Por fim, acrescenta-se a retração da demanda interna, que direcionou produtos para exportação.

O ano de 2004 obteve um crescimento expressivo das exportações: 32%, tal desempenho deve-se, conforme BBC (2004): (i) ao crescimento do comércio mundial, (ii) elevação do preço das *commodities* agropecuárias e metálicas, (iii) políticas de comércio exterior que tinham o intuito de diversificar a pauta exportadora e ampliar os mercados de destino (destaque para a China), (iv) facilitação acerca da burocracia, (iv) apoio aos

pequenos e médio exportadores. Outro ponto que merece destaque se refere aos ganhos de produtividade oriundo dos anos 90, tanto em termos industriais e agrícolas.

Em 2005, os valores exportados continuam a crescer, no entanto com taxas decrescentes com relação a 2004. A ascensão das exportações brasileiras no ano de 2005 se situou em 22,63%. Com essa alta obteve-se um valor histórico US\$ 118,30 Bi para as exportações. Parte desse resultado deve-se ao aumento dos preços: “Com efeito, na ausência destes ganhos as exportações brasileiras teriam fechado 2005 em apenas US\$ 105,5 bilhões - ou seja, os preços permitiram um ganho adicional de mais de US\$ 12 bilhões”. (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FUNCEX 2006 p. 2).

Convém lembrar que como pano de fundo aos resultados de 2005 estava a valorização cambial, onde o dólar passou de em torno de R\$ 2,70 no início de 2005 para R\$ 2,28 (média) no último mês do ano. Além disso, o comércio mundial cresceu ainda mais que no ano de 2003 e 2004, assim expandindo a demanda externa, o que, por sua vez contribuiu de forma considerável para o aumento das exportações brasileiras.

4.4 O perfil das Pautas de Exportação (2003-2005)

Para melhor visualização das exportações brasileiras por classes de produtos tem-se a tabela 15, que fornece os valores das exportações por classe de produtos, e as variações de preços e *quantum* das exportações brasileiras:

Tabela 15: Valores das exportações brasileiras por classe de produtos em Bi US\$ (FOB), nos anos de 2003 a 2005 e Variações de preços e quantidades das exportações brasileiras em (%) nos anos de 2003 a 2005

Discriminação	2003			2004			2005		
	Valor Bi US\$	Preço (%)	Quantum (%)	Valor Bi US\$	Preço (%)	Quantum (%)	Valor Bi US\$	Preço (%)	Quantum (%)
Total	73,1	4,7	15,7	96,5	10,7	19,2	118,3	12,2	9,3
Básicos	21,179	10,5	13,1	28,518	18,3	13,8	34,722	14,2	6,6
Semimanufaturados	10,943	11,3	9,7	13,431	14,5	7,2	15,961	11,8	6,3
Manufaturados	39,654	-0,6	20,9	52,948	5,9	26,1	65,145	10,9	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

Ao analisar a tabela, pode-se verificar que no triênio referente ao *boom* exportador, as classes de produtos cresceram de forma próxima às exportações totais brasileiras (25,1% média anual). Os produtos básicos cresceram a taxas médias anuais de 26,99%, os semimanufaturados cresceram a taxas médias anuais de 21,2% e os produtos semimanufaturados cresceram a uma taxa média anual de 25,44%.

Observando a tabela acima, pode-se verificar que nos anos de 2003 e 2004 o principal fator explicativo para as exportações foram as quantidades (referente ao total exportado). No entanto, convém mencionar que em 2004 o preço excedeu o *quantum* nos produtos básicos e semimanufaturados. Já em 2005, ao contrário de 2003 e 2004, o fator explicativo para o aumento das exportações devem-se aos preços, que ascenderam em todas as três classes de produtos.

No ano de 2003, as exportações de produtos básicos cresceram 24,9% com relação a 2002, já os semimanufaturados e manufaturados 22,07% e 20,16% respectivamente. O índice de quantidade exportada se expandiu 15,7% em 2003. Segundo BBC (2003) esse resultado pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- Aumento de 20% na quantidade exportada de manufaturados com relação ao ano de 2003, ocasionado em parcela relevante pela recuperação das exportações para a Argentina;
- Aumento de 9,7% na quantidade exportada de semimanufaturados, com destaque para o setor de celulose;
- Aumento de 13,1% na quantidade exportada de básicos, destacando a soja e carnes (bovinas e frango).

Em 2004, as exportações de produtos básicos aumentaram 34,65% com relação a 2003, já os semimanufaturados e manufaturados apresentaram aumentos na ordem de 22,73% e 33,52%. O fator que explica as exportações dos produtos básicos e semimanufaturados foram os preços e para os produtos manufaturados foi a quantidade. O índice de quantidade exportada se expandiu 19,23% em 2003, isso segundo o BBC de 2004 foi devido principalmente a:

- Aumento de 26% na quantidade exportada de manufaturados, sendo os responsáveis os produtos tradicionais da pauta dos manufaturados, como os relacionados com a indústria automobilística, aviões, máquinas, tratores, etc.
- Venda de produtos inéditos ao mercado externo, álcool etílico e produtos de marcenaria para construções.

No ano de 2004 os produtos básicos e semimanufaturados obtiveram aumento nos preços em maior proporção que as quantidades, conforme BBC (2004):

- Os principais produtos básicos apresentaram crescimentos significativos nos preços, com destaque para carne suína 37,5%, café 30,4% e soja em grão 29,9%.
- Os semimanufaturados de ferro ou aço que apresentaram aumento que excederam os 40%, BBC (2004).

No ano de 2005 as exportações de produtos básicos aumentaram em 21,75% em 2005, enquanto as exportações de semimanufaturados cresceram 18,83% e a dos produtos manufaturados se expandiram 23,03%. E o fator que contribuiu para isso foi o aumento dos preços, o índice de preços se elevou 12,18% em 2005. Os produtos manufaturados tiveram ascensão nos preços quase que duplicada (10,9%), se comparado ao ano de 2004 (5,8%). Os preços dos produtos semimanufaturados cresceram 11,8% e os básicos 14,2%.

- O Boletim de Comércio Exterior da FUNCEX (2006 p. 2), descreve duas possibilidades acerca do aumento dos preços dos manufaturados:

Pode-se imaginar duas possibilidades: boa parte dos produtos manufaturados seriam, na verdade, *commodities*, e seus preços teriam acompanhado o movimento verificado nos básicos e semimanufaturados; ou houve uma significativa mudança de composição da pauta no período, aumentando o peso relativo de produtos com maior valor unitário.

- Para os produtos semimanufaturados e básicos, o aumento de preços é mais claro. Para os básicos, segundo o BBC de 2005, tem-se o aumento de preços no café, minério de ferro, petróleo, carnes (frango e suína) e recuo nos produtos relacionados com a soja. Nos produtos semimanufaturados, segundo o Boletim de comércio exterior da FUNCEX (2006 p. 2):

Na verdade, quase 70% do aumento dos preços dos semimanufaturados concentrou-se em apenas dois tipos de produtos: produtos de ferro e aço (contribuição de 38,2%) e açúcar em bruto (30,8%). Deram contribuição importante também a celulose, o alumínio, as madeiras e a borracha.

Assim pode-se observar a importância do aumento do preço internacional das *commodities*, com relação ao impacto que causou o aumento dos preços de diversos produtos brasileiros, dessa forma contribuindo para um aumento nos valores exportados pelo Brasil em dólares, visto que as *commodities* representam cerca de 40% na pauta exportadora brasileira.

4.4.1 Setores em destaque nos anos 2003 a 2005

Após verificar o comércio exterior brasileiro dividido em classes de produtos, convém analisar os setores específicos que contribuíram de forma mais expressiva para o desempenho comercial brasileiro recentemente. A tabela 16, demonstra todos os trinta e um setores disponíveis na FUNCEX, acerca das exportações brasileiras.

Para atingir tal objetivo, foram colocados os valores de cada setor referentes aos anos 2003, 2004 e 2005 e também o percentual que o setor representa do total. Além dos anos citados, foram inseridas as médias dos referidos anos e o percentual referente as suas participações.

Tabela 16: Setores exportadores brasileiros: valores em Mi US\$ (FOB) e participações sobre o total exportado (%), nos anos 2003 a 2005 e média dos anos 2003 a 2005

Setores	Exp. 2003	%	Exp. 2004	%	Exp. 2005	%	Média	%
Agropecuária	5498,30	7,65%	6945,20	7,31%	6516,30	5,61%	6319,93	6,70%
Café	1546,40	2,15%	2057,90	2,17%	2928,60	2,52%	2177,63	2,31%
Beneficiamento								
de produtos	2658,60	3,70%	3105,60	3,27%	3346,40	2,88%	3036,87	3,22%
vegetais								
Abate de animais	4137,00	5,76%	6225,60	6,55%	8082,40	6,96%	6148,33	6,52%
Laticínios	48,50	0,07%	95,40	0,10%	130,20	0,11%	91,37	0,10%
Açúcar	2150,40	2,99%	2645,70	2,78%	3924,30	3,38%	2906,80	3,08%
Óleos Vegetais	3912,70	5,45%	4783,90	5,04%	4285,50	3,69%	4327,37	4,59%
Outros produtos	1.127,80	1,57%	1.287,30	1,35%	1.438,80	1,24%	1.284,63	1,36%
Alimentares								
Extrativa Mineral	4.373,30	6,09%	6.188,30	6,51%	9.150,80	7,88%	6.570,80	6,97%
Petróleo e Carvão	2.122,20	2,95%	2.527,80	2,66%	4.164,90	3,59%	2.938,30	3,11%
Minerais não metálicos	744,80	1,04%	939,60	0,99%	1.053,30	0,91%	912,57	0,97%
Siderurgia	4.808,20	6,69%	6.855,30	7,22%	8.794,20	7,57%	6.819,23	7,23%
Metalurgia não ferrosos	2.300,00	3,20%	3.051,10	3,21%	3.376,00	2,91%	2.909,03	3,08%

Outros produtos metalúrgicos	1.067,80	1,49%	1.326,70	1,40%	1.584,90	1,36%	1.326,47	1,41%
Refino de petróleo e petroquímicos	3.669,20	5,11%	4.388,40	4,62%	6.280,90	5,41%	4.779,50	5,07%
Máquinas e tratotes	3.147,90	4,38%	5.141,90	5,41%	6.523,60	5,62%	4.937,80	5,23%
Material elétrico	1.836,70	2,56%	2.258,30	2,38%	2.831,80	2,44%	2.308,93	2,45%
Equipamentos eletrônicos	2.122,60	2,95%	2.021,80	2,13%	3.684,30	3,17%	2.609,57	2,77%
Veículos automotores	3.631,00	5,05%	4.868,70	5,12%	6.858,90	5,91%	5.119,53	5,43%
Peças e outros veículos	6.185,20	8,61%	9.931,60	10,45%	10.656,90	9,18%	8.924,57	9,46%
Madeira e mobiliário	2.751,80	3,83%	3.995,20	4,21%	4.044,20	3,48%	3.597,07	3,81%
Celulose, papel e gráfica	2.869,80	3,99%	2.956,90	3,11%	3.461,50	2,98%	3.096,07	3,28%
Borracha	775,70	1,08%	903,70	0,95%	1.086,70	0,94%	922,03	0,98%
Plástica	175,20	0,24%	198,00	0,21%	229,40	0,20%	200,87	0,21%
Têxtil	1.393,30	1,94%	1.777,40	1,87%	1.903,70	1,64%	1.691,47	1,79%
Artigos de vestuário	141,70	0,20%	191,00	0,20%	178,70	0,15%	170,47	0,18%
Calçados, couros e peles	2.777,90	3,87%	3.306,00	3,48%	3.499,60	3,01%	3.194,50	3,39%
Elementos químicos	1.472,50	2,05%	2.077,90	2,19%	2.703,50	2,33%	2.084,63	2,21%
Químicos diversos	962,90	1,34%	1.168,00	1,23%	1.294,40	1,11%	1.141,77	1,21%
Farmacêutica e perfumaria	551,40	0,77%	688,30	0,72%	850,40	0,73%	696,70	0,74%
Indústrias diversas	893,90	1,24%	1.096,00	1,15%	1.264,20	1,09%	1.084,70	1,15%
TOTAL	71.854,70	100,00%	95.004,50	100,00%	116.129,30	100,00%	94.329,50	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FUNCEX.

No ano de 2003 apenas três setores apresentaram queda na quantidade, açúcar (4,1%), café (8,8%) e indústrias diversas (10%).

- Conforme Boletim de Comércio exterior da FUNCEX (2004), os setores que sofreram queda nos preços de exportação, tem-se destaque para os setores que produzem bens industrializados diferenciados: equipamentos eletrônicos (23,3%), máquinas e tratores (7,1%), material elétrico (3,3%) e veículos automotores.
- Conforme Boletim de Comércio Exterior da FUNCEX (2004), os setores que apresentaram ganhos em preço tratam-se basicamente de *commodities*, como café (22,6%), siderurgia (16,3%), refino de petróleo e petroquímicos (14,4%), óleos vegetais (12,7%) e agropecuária (12,5%).

No ano de 2004 apenas o setor de equipamentos eletrônicos sofreu contração no valor exportado;

- O crescimento das exportações no ano de 2004 se deveu ao aumento no quantum exportado. Segundo Boletim de Comércio Exterior da FUNCEX (2005), apenas dois setores tiveram *quantum* reduzido com relação a 2003. Petróleo e carvão (4,5%) e Siderurgia (0,2%), no entanto, tais produtos tiveram seus preços aumentados 24,8% e 42,9%, dessa forma ocasionando aumento do valor exportado;
- A Tabela 17 ilustra os percentuais de aumento de preço e *quantum* para o ano de 2004. Tratando-se dos aumentos dos preços, é visível no ano de 2004, o aumento de preços concentrado em *commodities*. Tem-se como destaque: siderurgia (42,9%), café (27,7%), petróleo e carvão (24,8%), agropecuária (24,7%), metalurgia não ferrosos (20,8%), refino de petróleo e petroquímicos (19,3%), abate de animais (18,7%), óleos vegetais (15,6 %), etc.

Tabela 17: Variação de preço e quantidade entre 2003 e 2004, segundo setores em (%)

Setores	PREÇO	QUANTUM
	No ano	No ano
Agropecuária	24,7	1,3
Extrativa mineral	9,7	29,0
Petróleo e carvão	24,8	(4,5)
Minerais não metálicos	0,3	25,7
Siderurgia	42,9	(0,2)
Metalurgia não ferrosos	20,8	9,9
Outros produtos metalúrgicos	6,6	16,6
Máquinas e tratores	7,6	51,8
Material elétrico	5,0	17,1
Equipamentos eletrônicos	(8,7)	4,4
Veículos automotores	(3,4)	38,9
Peças e outros veículos	(3,6)	66,7
Madeira e mobiliário	16,4	24,7
Celulose, papel e gráfica	(4,1)	7,5
Borracha	7,3	8,6
Elementos químicos	8,2	30,4
Ref. de petróleo e petroquímicos	19,3	0,2
Refino de petróleo	9,9	2,2
Petroquímicos	27,2	(1,2)
Químicos diversos	1,8	19,1
Têxtil	10,2	15,8
Calçados, couros e peles	8,4	9,8
Café	27,7	4,1
Benef. de produtos vegetais	(1,3)	18,4
Abate animais	18,7	26,8
Açúcar	0,7	22,2
Óleos vegetais	15,6	5,8
Outros produtos alimentares	8,2	5,5
Indústrias diversas	1,4	20,9
Total	10,7	19,2

Fonte: FUNCEX

Em 2005 pode-se observar que apenas os setores de óleos vegetais, artigos de vestuário e agropecuária tiveram queda nos valores exportados:

- O ganho de preços foi concentrado em *commodities*, segundo Boletim de Comércio Exterior da FUNCEX (2006 p. 2):

Por outro lado, houve ganhos de preço especialmente fortes em Café (45,5%), Extrativa mineral (42,2%), Petróleo e carvão (38,6%), Açúcar (29,3%), Refino de petróleo e petroquímicos (27,7%) e outros produtos metalúrgicos (25,2%). Como seria de esperar, trata-se basicamente de setores produtores de *commodities*.

- Grande parte dos setores apresentaram aumento tanto do *quantum* e preço simultaneamente, que podem ser visualizados na tabela 18:

Tabela 18: Variação de valor, preço e quantidade entre 2004 e 2005, segundo setores em (%)

	Valor	Preço	Quantum
Aumento de preço e de <i>quantum</i>			
Petróleo e carvão	64,8	38,6	18,9
Açúcar	48,3	29,3	14,6
Extrativa mineral	47,9	42,2	4,0
Refino de petróleo e petroq.	43,1	27,7	12,1
Veículos automotores	40,9	11,4	26,5
Elementos químicos	30,1	18,2	10,0
Abate animais	29,8	12,6	15,2
Siderurgia	28,3	18,5	8,3
Máquinas e tratores	26,9	11,2	14,1
Material elétrico	25,4	14,3	9,7
Borracha	20,3	9,2	10,0
Celulose, papel e gráfica	17,1	5,7	10,7
Indústrias diversas	15,3	1,5	13,7
Minerais não metálicos	12,1	8,7	3,1
Outros prod. alimentares	11,8	7,0	4,5
Químicos diversos	10,8	9,2	1,6
Benef. de prod. vegetais	7,8	5,0	2,7
Peças e outros veículos	7,3	4,5	2,7
Têxtil	7,1	0,5	6,5
Queda do <i>quantum</i>			
Metalurgia não ferrosos	10,6	12,8	(1,9)
Café	42,3	45,5	(2,2)
Outros prod. metalúrgicos	19,5	25,2	(4,5)
Calçados, couros e peles	5,9	10,1	(3,9)
Madeira e mobiliário	1,2	6,7	(5,2)
Queda do preço			
Equipamentos eletrônicos	82,2	(10,7)	104,3
Agropecuária	(6,2)	(12,0)	6,5
Óleos vegetais	(10,4)	(12,4)	2,4
Total	22,6	12,2	9,3

Fonte: Funcex.

Observando os dados pela média dos três anos (2003, 2004 e 2005), pode-se observar a seguinte participação de cada setor nas exportações brasileiras:

○ Peças e outros veículos	9,46%
○ Siderurgia	7,23%
○ Extrativa Mineral	6,97%
○ Agropecuária	6,70%
○ Abate de animais	6,52%
○ Veículos automotores	5,43%
○ Máquinas e tratores	5,23%
○ Refino de petróleo e petroquímicos	5,07%
○ Óleos Vegetais	4,59%
○ Madeira e mobiliário	3,81%
○ Calçados, couros e peles	3,39%
○ Celulose, papel e gráfica	3,28%
○ Beneficiamento de produtos vegetais	3,22%
○ Petróleo e Carvão	3,11%
○ Metalurgia não ferrosos	3,08%
○ Açúcar	3,08%
○ Equipamentos eletrônicos	2,77%
○ Material elétrico	2,45%
○ Café	2,31%
○ Elementos químicos	2,21%
○ Têxtil	1,79%
○ Outros produtos metalúrgicos	1,41%
○ Outros produtos Alimentares	1,36%
○ Químicos diversos	1,21%
○ Indústrias diversas	1,15%
○ Borracha	0,98%
○ Minerais não metálicos	0,97%
○ Farmacêutica e perfumaria	0,74%
○ Plástica	0,21%
○ Artigos de vestuário	0,18%
○ Laticínios	0,10%

Comparando a média das participações dos setores dos anos 2003 a 2005 com a dos anos 90, pode-se observar que:

- O setor de peças e veículos perdeu participação recuando da média de 10,75% em 1998 a 2002, para 9,46% em 2003 a 2005. No entanto, ganhou participação se comparado com o período 1990-1994, onde sua participação era de 7,33%.
- Os setores: extrativo mineral, siderurgia, agropecuária, abate de animais e óleos vegetais, continuam com participação relevante (tratam-se basicamente de setores que produzem *commodities*);
- Setores com maior valor agregado ganharam maior participação, como máquinas e tratores e veículos automotores.

Ao observar a decomposição da pauta exportadora em setores mais específicos, pode-se observar que as *commodities*⁵ possuem participação relevante, cerca de 39% da pauta exportadora, o que aliado com a alta de seus preços e um crescente comércio mundial pode possibilitar um aumento nas exportações do Brasil, mesmo com o Real se valorizando.

Além disso, a pauta exportadora brasileira possui setores que exigem um parque industrial mais especializado e modernizado, como por exemplo, peças e outros veículos, máquinas e tratores e veículos automotores. Se a estrutura industrial do Brasil não fosse modificada (tanto no nível industrial quanto no agrário) com a abertura comercial, os ganhos de produtividade poderiam estar distantes da realidade atual, visto que nossas indústrias anteriormente estavam ultrapassadas com relação aos padrões internacionais.

Nesse sentido convém mencionar a importância dos ganhos de produtividade oriundos da década de 90, que reestruturaram as plantas industriais do Brasil, assim possibilitando um aprimoramento e diversificação da pauta exportadora brasileira, direcionando-a produtos com maior conteúdo tecnológico e valor agregado, que vem ganhando espaço na pauta exportadora brasileira, assim contribuindo para o aumento das exportações brasileiras recentemente.

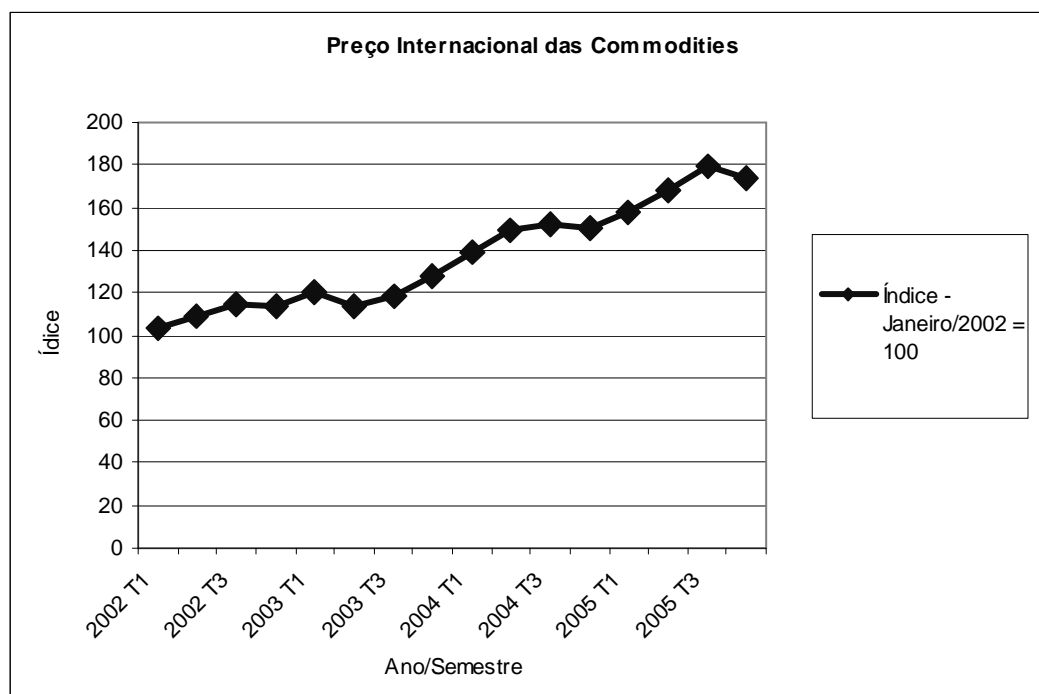
⁵ Setores que produzem basicamente commodities: siderurgia, extrativa mineral, agropecuária, abate de animais, refino de petróleo e petroquímicos, óleos vegetais, , petróleo e carvão, metalurgia não ferrosos, açúcar, borracha, minerais não metálicos, dentre outros.

Segundo Nakahodo e Jank (2006) o *boom* exportador não se limitou apenas às *commodities*, visto que nos últimos cinco anos, veículos automotores, máquinas e equipamentos, produtos químicos, aviões, dentre outros, apresentaram taxas de crescimento acentuadas de 12% a.a.

Ao analisar as causas que levaram o aumento dos preços das *commodities*, Quadros (2005), afirmar que a China contribuiu para a alta do preço das *commodities*: “a China causou uma mudança de preços relativos na economia mundial, elevando os preços das *commodities* e reduzindo os preços dos bens de consumo”. Para ilustrar o comportamento dos preços das *commodities*, tem-se o gráfico 14.

A elevação nos preços das *commodities* contribuiu em parte para o aumento nos preços e quantidades das exportações brasileiras. Esse movimento aliado com o aumento do comércio mundial contribuiu para o aumento do valor das exportações brasileiras. Para facilitar a visualização dos 73% de aumento dos preços das *commodities* de janeiro de 2002 a dezembro de 2005, tem-se o gráfico 14:

Gráfico 14: Preço internacional das *Commodities*, índice janeiro de (2002=100) nos anos 2002 a 2005



Autor: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEADATA.

4.4.2 Consolidação e retomada de outros destinos no período 2003 a 2005

No período referente ao boom exportador, 2003 a 2005 as exportações brasileiras obtiveram a retomada e consolidação de novos destinos, onde se destacam a Argentina e a China.

A crise da Argentina em 2001 contraiu as exportações brasileiras para esse país, no entanto a partir de 2003, percebe-se a retomada das exportações destinadas à Argentina, uma vez que a Argentina foi se recuperando da crise. Outro ponto que convém mencionar é a consolidação das vendas externas para a China, cuja absorve quantidade relevante de soja, produtos associados ao setor extrativo mineral, construção civil e semimanufaturados brasileiros. A tabela 19 demonstra os valores exportados para a China e Argentina, de 2002 a 2005.

Tratando-se das exportações brasileiras destinadas a América Latina, pode-se observar que houve expansão no ano de 2005. Esse aumento, segundo Finger (2006), deve-se ao baixo crescimento do Brasil (2,3%) com relação ao restante da América do Sul e Central (7,4%), o que, por sua vez, aproveitou o crescimento dos vizinhos para exportar mais. Para uma amostra desse resultado a tabela XX fornece os valores exportados com destino ao Mercosul.

A tabela 19, além de fornecer os valores acerca das exportações com destino a China e Argentina e Mercosul, fornece os valores exportados para os Estados Unidos e União Européia.

Tabela 19: Exportações do Brasil com destino Argentina, China, Mercosul, União Européia e Estados Unidos em US\$ Mi (FOB), nos anos 2003 a 2005

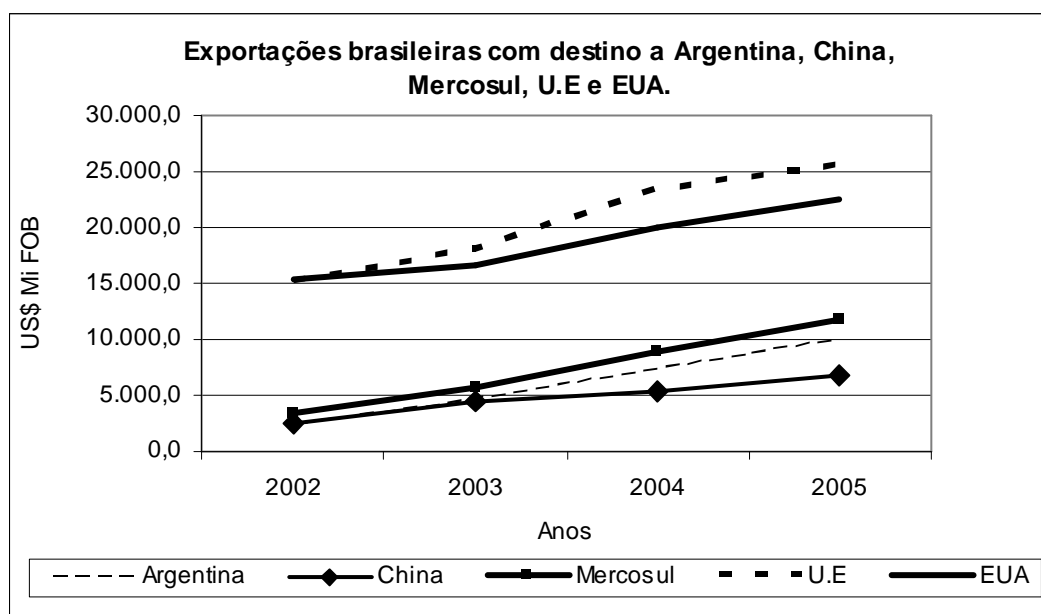
Ano	Argentina	China	Mercosul	U.E	EUA
2002	2.341,9	2.520,5	3.310,8	15.113,2	15.354,0
2003	4.561,2	4.532,6	5.671,9	18.102,0	16.692,4
2004	7.373,2	5.440,0	8.912,1	23.395,3	20.038,4
2005	9.915,4	6.833,7	11.726,1	25.621,7	22.472,0

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da FUNCEX

As vendas para a China e Argentina, de 2003 a 2005, cresceram consideravelmente, 171% e 323% (acumulado). Isso se deve, como mencionado anteriormente, a recuperação da Argentina e a consolidação comercial com a China, o que, por sua vez, contribuíram para aumentar a exportação no Brasil recentemente. As vendas para o Mercosul também cresceram de forma expressiva, 254% (acumulado). Já as vendas externas destinadas a União Européia e Estados Unidos, a elevação das exportações foi menos expressiva, 69% para a União Européia e 45% para os Estados Unidos.

Esses números nos dizem que a retomada das exportações para a Argentina, a consolidação de comércio com a China e o crescimento da América Latina contribuíram de forma relevante para o aumento das exportações brasileiras recentemente (devido às altas taxas de crescimento no triênio), apesar dos valores exportados destinados aos Estados Unidos e União Européia serem mais expressivos. O gráfico 15 ilustra esse movimento:

Gráfico 15: Exportações do Brasil com destino Argentina, China, Mercosul, União Européia e Estados Unidos em US\$ Mi (FOB), nos anos 2003 a 2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FUNCEX

4.5 Análise das Importações Brasileiras no período 1990-2005

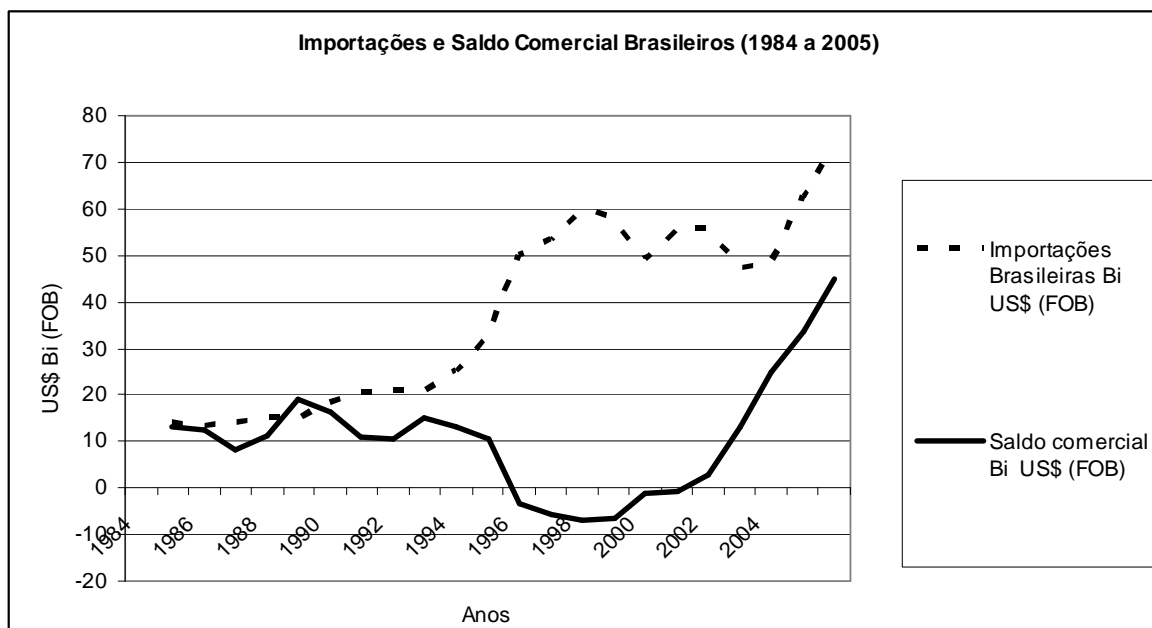
A seção foi dividida da mesma forma que as exportações, por períodos, e para facilitar a análise dos dados tem-se a tabela 20 e gráfico 16:

Tabela 20: Importações em US\$ Bi (FOB), Variação com relação ao ano anterior em (%) e Saldo Comercial em Bi US\$ (FOB), nos anos 1984 a 2005

Ano	Importações		Saldo comercial Bi US\$ (FOB)
	Brasileiras Bi US\$ (FOB)	Variação (%)	
1984	13,916	-9,806	13,089
1985	13,153	-5,483	12,486
1986	14,044	6,774	8,305
1987	15,051	7,170	11,173
1988	14,605	-2,963	19,184
1989	18,263	25,046	16,120
1990	20,661	13,130	10,753
1991	21,041	1,839	10,579
1992	20,554	-2,315	15,239
1993	25,256	22,876	13,299
1994	33,079	30,975	10,466
1995	49,792	50,525	-3,286
1996	53,346	7,138	-5,599
1997	59,749	12,003	-6,755
1998	57,746	-3,352	-6,606
1999	49,263	-14,690	-1,252
2000	55,791	13,251	-0,705
2001	55,581	-0,376	2,642
2002	47,241	-15,005	13,120
2003	48,291	2,223	24,793
2004	62,779	30,001	33,696
2005	73,545	17,149	44,764

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX

Gráfico 16: Importações e Saldo Comercial Brasileiro em US\$ Bi (FOB) nos anos 1984 a 2005



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECEX.

4.5.1 1990 a 1994

4.5.1.1 Importações

As importações já começam a aumentar em 1990 (início da abertura comercial), passando de US\$ 20,66 Bi em 1990 para US\$ 33,07 Bi em 1994. A taxa de crescimento média no período foi de 12,6% a.a.. Com destaque para os anos 1993, com aumento de 22,87% e 1994 de 30,97%. Esse crescimento foi devido à abertura comercial, que propiciou uma redução nas tarifas de importação, controles administrativos e barreiras não tarifárias. (Destacam-se as importações de bens de capital com o objetivo de reestruturar os parques industriais brasileiros).

4.5.1.2 Saldo Comercial

Percebe-se que para os anos 1990 a 1994 o saldo comercial começa a ser mais baixo se comparados ao período anterior da abertura comercial. Isso foi devido ao desempenho das importações (pelos motivos citados acima), que cresceram a taxas médias de 12,6% a.a., assim superando o crescimento médio das exportações, 4,8% a.a.

4.5.2 1994 a 1997

4.5.2.1 Importação

Ao longo desse período observam-se taxas de crescimento das importações mais acentuadas. De fato, todos os quatro anos apresentaram aumentos expressivos principalmente nos anos 1994 e 1995, com crescimentos na ordem de 30,97% e 50,52%. Já os dois anos seqüentes, 1996 e 1997, as ascensões foram menos abruptas, 7,13% e 12%, respectivamente. Para o período, tem-se a taxa média de crescimento de 24% a.a.

O aumento das importações deve-se a abertura comercial e financeira aliada com valorização do real, assim possibilitando condições mais favoráveis para as importações brasileiras. Segundo Carneiro (2002), a abertura comercial propiciou o barateamento das importações, e a apreciação cambial produziu esse resultado. (Destacam-se as importações de bens de capital com o objetivo de reestruturar os parques industriais brasileiros).

4.5.2.2 Saldo comercial

Ao analisar a tabela nos anos 1994 a 1997, pode-se verificar que somente no ano de 1994 existe um superávit na balança comercial e os anos seqüentes até 1997 são deficitários. Este resultado é consequência do aumento expressivo das importações (taxas médias 24% a.a.), frente a um aumento menos significativo das exportações (taxas médias de 8,2% a.a.).

Os déficits eram financiados via entrada de capital externo, assim pressionando o déficit da conta de serviços, e como consequência eram necessários o pagamento de juros e o envio de lucros e dividendos ao exterior. Assim têm-se os seguintes resultados para a conta capital: 1994 US\$ 174 Mi, 1995 US\$ 352 Mi, 1996 US\$ 454 MI e 1997 US\$ 393 Mi. A título de comparação, os valores de 1992 eram de US\$ 37 Mi e em 1993 eram de US\$ 83 Mi. Nesse sentido, pode-se observar que a conta capital ganha valores expressivos a partir de 1994, concomitantemente aos consecutivos déficits na balança comercial.

4.5.3 1998 a 2002

4.5.3.1 Importação

As importações brasileiras nos anos 1998-2002, apresentaram queda, com exceção do ano 2000 (onde o crescimento foi de 13,25%). Em 1999 e 2002, as importações brasileiras caíram de forma mais expressiva, 14,69% e 15,00%. Já nos anos 1998 e 2001, a redução nos valores importados foi menos intensa, 3,35% e 0,37%. A taxa de variação média anual no período em questão foi negativa, -4,59%.

A desvalorização cambial (1998-1999) afetou as importações de forma significativa, visto que já em 1998 as importações caíram 3,35% atingindo US\$ 57,74 Bi sendo que no ano da desvalorização, 1999, a queda chegou a 14,69%, assim atingindo US\$ 49,26 Bi.

Em 2000, segue a tendência de alta dos preços do petróleo, dessa forma contribuindo para um aumento das importações brasileiras no referido ano. As importações de matérias primas também ascenderam, com intuito de atender o crescimento industrial em algumas indústrias, direcionado a exportação de bens com maior valor agregado, BBC (2000).

Segundo BBC (2001), no ano de 2001, as importações reduziram devido à retração industrial ocasionada pela crise energética no referido ano, assim afetando a importação de matérias primas e bens intermediários. Outro fator que contribui para a queda das importações foi a depreciação cambial iniciada no fim dos anos 90.

No ano de 2002, as importações caíram devido ao aumento da produção industrial interna e a queda das importações oriundas da Argentina, além da desvalorização cambial.

4.5.3.2 Saldo comercial

O resultado do saldo comercial no período em questão foi deficitário nos anos 1998, 1999 e 2000. No entanto, convém mencionar que os saldos comerciais foram crescentes, visto que os déficits foram atenuados com relação ao ano de 1997. Já nos anos 2001 e 2002, o saldo da balança comercial torna-se positivo. Esse resultado foi devido à diminuição expressiva das importações (variação média de -4,59% a.a.), ao passo que as exportações cresceram a uma taxa média de 2,63% a.a.. Um fator fundamental que não se

pode deixar de mencionar, se refere a desvalorização cambial em 1999, que contribui para reduzir os valores importados e aumentar os exportados.

4.5.4 2003 a 2005

4.5.4.1 Importação

As importações durante o período também cresceram de forma significativa, embora a taxas menos expressivas que as exportações. O crescimento anual médio foi de 15,8%. Em 2003 o crescimento foi de 2,22%, totalizando US\$ 48,291 Bi. Em 2004 o obteve-se o crescimento mais expressivo nas importações durante o triênio, 30%, resultando em US\$ 62,779 Bi. Em 2005 o crescimento das importações foi menos acentuado 17,14%. Assim como as exportações o crescimento foi a taxas decrescentes com relação a 2004.

Em 2003 a variação das importações brasileiras não foi muito expressiva, visto que os valores cresceram 2,22%. Segundo BBC (2003), isso ocorreu devido à valorização cambial. Outro fator importante a ser ressaltado, refere-se à retomada da atividade interna, no segundo semestre do referido ano, assim propiciando melhora relativa nas importações.

As importações no ano de 2004 tiveram crescimento próximo ao das exportações, 30%. Tem-se destaque para o aumento de preços nos combustíveis e lubrificantes e produtos intermediários e matérias primas. Outro ponto que merece destaque se refere à elevação de 30% no preço do petróleo e carvão. Além disso o aumento da atividade econômica interna também causou efeitos acerca do aumento das importações.

Em 2005, as importações cresceram de forma considerável, 17,14%. Esse crescimento se baseou no aumento dos preços 11,15% (puxados pelo aumento de 35% no preço dos combustíveis e lubrificantes). Por outro lado, a redução do crescimento interno inibiu um maior crescimento das nossas compras externas. Outro fator que contribuiu para o aumento das importações foi a valorização do Real.

4.5.4.2 Saldo comercial

Durante o período do *Boom* exportador, as exportações cresceram a taxas médias anuais de 25,1%, já as importações cresceram a taxas médias anuais de 15,8%, o que, por sua vez, possibilitou um aumento expressivo no saldo da balança comercial.

O saldo de 2003 foi fruto de um aumento expressivo das exportações (21,07%), frente às importações (2,22%), assim tem-se um movimento contrário do ocorrido em 2002, onde o saldo foi proveniente da queda das importações. O saldo comercial no referido ano se expandiu 88% com relação ao ano de 2002.

Em 2004, tanto quanto as exportações (aumento de 32%), as importações subiram de forma considerável (aumento de 30%). O aumento de 30% das importações não foi capaz de atenuar o saldo comercial. O superávit na balança comercial foi de US\$ 33,69Bi, representando um aumento de 35% com relação ao superávit de 2003.

As exportações e importações no ano de 2005 tiveram um crescimento a taxas decrescentes se comparados ao ano de 2004, no entanto tem-se outra marca histórica acerca do superávit na balança comercial, US\$ 44,76 Bi (puxados pelo aumento mais expressivo das exportações).

4.6 A participação do Brasil no Comércio Mundial nos anos 2003 a 2005

O comércio mundial vem crescendo de forma considerável, uma vez que os valores mais que quintuplicaram nesses últimos vinte anos (1985-2005), como pode ser observado na tabela 21. Em 1985 as exportações mundiais alcançaram US\$ 1872 Bi e as importações mundiais US\$ 1.942 Bi, em 2005 as exportações mundiais alcançaram US\$ 10.186 Bi e as importações mundiais US\$ 10.797 Bi.

A globalização, a redução das tarifas de importação, a formação de blocos econômicos e a expansão das empresas transnacionais, segundo Lacerda (2006), têm levado à ascensão do comércio internacional, conforme se pode ver na tabela abaixo:

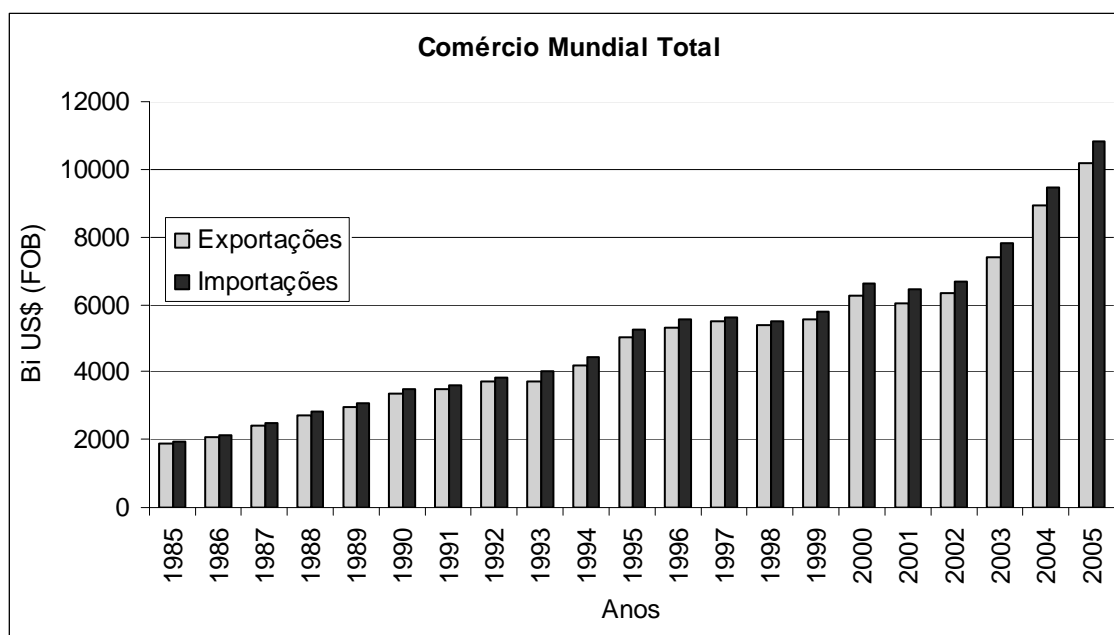
Tabela 21: Exportações Mundiais em US\$ Bi (FOB) e Importações Mundiais em US\$ Bi (CIF), nos anos 1985 a 2005

Ano	Exportações Mundiais	Importações Mundiais
	US\$ Bi (FOB)	US\$ Bi (CIF)
1985	1872	1942,1
1986	2046,4	2121,3
1987	2401,1	2484,6
1988	2742	2834,7
1989	2981,5	3068,3
1990	3395,3	3491,6
1991	3498,5	3609,9
1992	3708	3847,5
1993	3725,1	4021,2
1994	4204	4430
1995	5042	5267,4
1996	5308	5534,2
1997	5518	5592,7
1998	5386	5524,4
1999	5583	5818,6
2000	6295	6613,3
2001	6031	6438,8
2002	6306	6684,36
2003	7365	7806,9
2004	8945	9481,7
2005	10186	10797,16

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

Ao analisar a tabela acima, pode-se verificar que o comércio internacional vem crescendo ao longo dos anos, mais do que quintuplicou nesses 20 anos (1985-2005). No entanto nos anos de 2003 a 2005 tem-se um *boom* do comércio exterior, visto que as taxas de crescimento no referido triênio foram expressivas. Nesse sentido têm-se os respectivos crescimentos 2003 (17%), 2004 (21%) e 2005 (14%). Com esses três anos seguidos de altas significativas, pode-se observar um movimento mais inclinado nos últimos anos do gráfico abaixo:

Gráfico 17: Exportações Mundiais em US\$ Bi (FOB) e Importações Mundiais em US\$ Bi (CIF), nos anos 1985 a 2005



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

A alta significativa desses últimos três anos, correspondente a uma taxa média de crescimento próxima de 20%, que foi resultado da gradual liberação dos fluxos comerciais e aumento da taxa de crescimento das economias americana e chinesa. De acordo com Fonseca (2005):

A forte expansão do comércio mundial nos últimos três anos, a uma taxa média próxima a 20% , o que não acontecia desde a década de 50, e que foram resultantes tanto da gradual liberalização multilateral dos fluxos de comércio internacional, como também da inusitada taxa de crescimento das economias americana e chinesa nos últimos 3 anos.

Uma vez constada a rápida expansão do comércio mundial nesses últimos anos, o próximo passo será analisar a inserção do país no comércio internacional e como o comércio exterior brasileiro reagiu frente ao boom do comércio mundial (2003 a 2005).

4.6.1 Participação do Brasil no Comércio Mundial

A partir da tabela 21 pode-se avaliar o grau de inserção do Brasil dentro do comércio internacional:

Tabela 22: Participação das Exportações e Importações Brasileiras no comércio internacional em (%) e Exportações e Importações Brasileiras em US\$ Bi (FOB) nos anos 1985 a 2005

Ano	Exportações Brasileiras Bi US\$ (FOB)	Participação das exportações brasileiras no comércio internacional (%)	Importações Brasileiras Bi US\$ (FOB)	Participação das importações brasileiras no comércio internacional (%)	Saldo comercial Bi US\$ (FOB)
1985	25,639	1,370	13,153	0,736	12,486
1986	22,349	1,092	14,044	0,735	8,305
1987	26,224	1,092	15,051	0,668	11,173
1988	33,789	1,232	14,605	0,568	19,184
1989	34,383	1,153	18,263	0,649	16,12
1990	31,414	0,925	20,661	0,644	10,753
1991	31,62	0,904	21,041	0,637	10,579
1992	35,793	0,965	20,554	0,600	15,239
1993	38,555	1,035	25,256	0,689	13,299
1994	43,545	1,036	33,079	0,813	10,466
1995	46,506	0,922	49,792	1,021	-3,286
1996	47,747	0,900	53,346	1,026	-5,599
1997	52,994	0,960	59,749	1,132	-6,755
1998	51,14	0,949	57,746	1,104	-6,606
1999	48,011	0,860	49,263	0,890	-1,252
2000	55,086	0,875	55,791	0,894	-0,705
2001	58,223	0,965	55,581	0,912	2,642
2002	60,361	0,957	47,241	0,747	13,12
2003	73,084	0,992	48,291	0,654	24,793
2004	96,475	1,079	62,779	0,700	33,696
2005	118,309	1,161	73,545	0,720	44,764

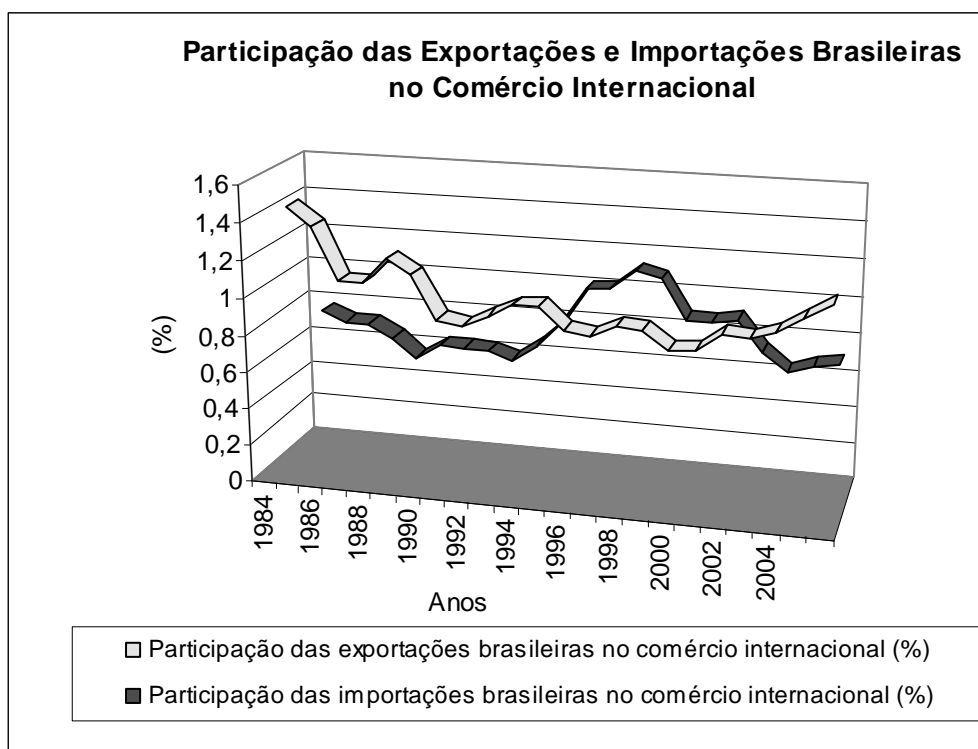
Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

4.6.1.1 Exportações

A análise da tabela mostra o aumento das exportações do Brasil, que nos últimos vinte anos passaram de US\$ 25 Bi para US\$ 118 Bi. Observa-se no entanto, que o movimento de expansão das exportações, torna-se mais intenso nos últimos anos, onde as exportações passam de US\$ 60 Bi em 2002, para US\$ 118,309 Bi em 2005, apresentando um crescimento de cerca de 96 % frente ao 61% oriundos das exportações mundiais.

Embora o crescimento recente foi maior que a média mundial, não assegurou as exportações brasileiras uma participação mais expressiva sobre as exportações mundiais, ou seja, mesmo com a ascensão do comércio mundial, o Brasil perdeu participação com relação sua participação na década de 80. Na metade da década de 80, a representação das exportações do Brasil sobre as totais foram mais expressivas que no *boom* provocado nos anos 2003 a 2005. No ano de 1985 as exportações do Brasil representavam 1,37% da totalidade das exportações mundiais, em 1995 representavam 0,92%, em 2005 representavam 1,16%, esses movimentos são melhores visualizados no gráfico 18. No entanto convém mencionar que a participação de 2005 (1,16%) é a maior desde 1985.

Gráfico 18: Participação das Exportações e Importações sobre o comércio mundial sobre o no período 1984 a 2005 em (%)



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da SECEX.

Note-se que o Brasil perdeu participação nas exportações mundiais nos últimos anos, quando comparado à China, por exemplo. A China vem se destacando no comércio mundial: em 1985, as exportações chinesas representavam 1,46% da totalidade exportada; em 1995, o percentual aumentou para 2,95%, já em 2004 as exportações chinesas representavam 6,6% do total exportado pelo mundo. Dessa forma observa-se que o Brasil perdeu espaço nas exportações mundiais, a China em 1985 tinha um desempenho

exportador semelhante ao do Brasil; no entanto as exportações chinesas em 2004 representavam 6,6% do total e as brasileiras 1,07%.

4.6.1.2 Importações

Analisando o gráfico, o período que mais se destaca na participação brasileira sobre as importações mundiais foi o correspondente aos anos 1994 a 1998, referentes ao período de abertura comercial e financeira acompanhados pela valorização cambial. (chegando a 1,13% do total em 1997).

Ao verificar o gráfico 18, pode-se observar que a participação das importações brasileiras sobre o total mundial cresceram por dois anos consecutivos, 2004 e 2005, mas não passando de 0,72% da totalidade das importações mundiais em 2005. Esse crescimento recente não conseguiu alcançar a participação de meados da década de 90, aonde chegou a ser 1,13% da totalidade mundial.

O Brasil pode não ter obtido os níveis de participação no comércio mundial como em 1984, no entanto a participação alcançada em 2005 não é atingida desde 1985. Convém mencionar que o *boom* das exportações brasileiras coincide com o aumento do comércio mundial recentemente, e em ambos os casos o aumento mais expressivo é em 2004. Diante dessas questões, pode-se atribuir parte do aumento das exportações brasileiras nos anos 2003 a 2005 ao aumento do comércio mundial total.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

Ao analisar o comportamento das exportações brasileiras desde os anos 90, pode-se observar que no triênio 2003 a 2005 houve um aumento mais expressivo de nossas vendas externas. Convém mencionar que como pano de fundo ao aumento das exportações, o Real se valorizava frente ao dólar no mesmo período. De acordo com a teoria econômica, mantendo-se as demais variáveis constantes, uma valorização cambial tende a contrair as exportações. No entanto, essas cresceram a taxas médias superiores aos 25% a.a. no referido triênio.

Para explicar esse fenômeno, podem-se destacar alguns fatores que contribuíram para o aumento das exportações recentemente: aumento no comércio mundial, aumento no preço das *commodities*, consolidação e retomada de novos destinos de exportação e ganhos de produtividade oriundos da abertura comercial.

Tratando-se do comércio mundial nos anos 2003 a 2005, pode-se observar um crescimento a taxas médias de 17,1% a.a. no referido triênio, enquanto as exportações brasileiras cresceram a taxas médias de 25,1%. Com o comércio mundial em ascensão, ocorre a expansão da demanda externa e uma parcela do aumento das importações mundiais recaem sobre os bens brasileiros, assim expandindo as exportações do Brasil. Nesse sentido, parte desse *boom* exportador recente pode ser atribuído ao crescimento do comércio mundial.

No que concerne ao preço internacional das *commodities*, tem-se a partir de 2002 uma ascensão nos preços de diversas *commodities* brasileiras, o que, por sua vez, proporcionou aumento nas quantidades e preço das exportações brasileiras de *commodities*, que corresponderam cerca de 40% da pauta exportadora brasileira no referido triênio. Dessa forma, o ganho de preços nas exportações do Brasil de 2003 a 2005 foram concentrados em *commodities*. Esse movimento, concomitantemente ao aumento do comércio mundial, pode contribuir para o aumento das exportações brasileiras nos referidos anos.

Outro motivo que contribuiu para o *boom* exportador em 2003 a 2005 foi a consolidação e retomada de outros destinos. Nesse sentido, pode-se observar um aumento expressivo das exportações destinadas à China e Argentina. Tratando-se das exportações com destino a China, percebe-se que em grande parte estão relacionadas com o minério de ferro e soja. De 2003 a 2005, os valores exportados com destino a China aumentaram

171%. As exportações destinadas à Argentina se recuperaram após a crise de 2001, assim também contribuído para o aumento das exportações brasileiras, visto que os valores exportados a esse país aumentaram 323% de 2003 a 2005.

O último ponto a ser destacado, trata-se da reestruturação do parque industrial brasileiro propiciada pela abertura comercial no fim dos anos 80. O modelo de industrialização por substituição de importações deixou um parque industrial defasado se comparado com padrões internacionais. A abertura comercial na década de 90 possibilitou uma reestruturação e modernização do parque industrial brasileiro, assim ganhando produtividade, diversificação e especialidade nos setores mais intensivos em capital (com maior valor agregado), que vêm ganhando maior participação na pauta exportadora brasileira, assim também contribuindo para um aumento das exportações brasileiras.

Contudo, não se pode afirmar com precisão de como esses fatores – aumento do comércio mundial, aumento do preço das *commodities*, consolidação e retomada de outros destinos e ganhos de produtividade – contribuíram para o aumento expressivo das exportações brasileiras. No entanto, destaca-se que a interação desses fatores possibilitou a expansão das exportações brasileiras no triênio 2003 a 2005, mesmo com uma valorização do Real.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 1996-2005*. Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

BANCO DO BRASIL *Programa de financiamento às exportações*. Disponível em: <<<http://www.bb.com.br/appbb/portal/gov/ep/srv/fed/AdmRecPROEXFin.jsp>>> Acesso em 09 setembro 2006.

BBC BRASIL. *Exportações do Brasil cresceram acima da média em 2005*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061108_relatorio_omc_brasilcg.shtml>> Acesso em 10 dezembro 2006

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2ª edição, 2001.

BNDS-EXIM. *Apoio à exportação*. Disponível em: <<<http://www.bndes.gov.br/linhas/exportacao.asp>>> Acesso: 09 setembro de 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. *Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp/ Unicamp, 2002.

CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R. L. *Economia Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2002.

CORRÊA DO LAGO, Luiz A. *A retomada do desenvolvimento e as distorções do milagre*. In: Abreu M.P (org.), *A Ordem do Progresso - Cem Anos de Política Econômica Republicana*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª edição, 2000.

FONSECA, Pedro C. D.; MONTEIRO Sérgio M. M. M. *Credibilidade e Populismo no Brasil: A Política Econômica dos Governos Vargas e Goulart*. Março de 2004. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v59n2/a04v59n2.pdf>>> Acesso em 10 janeiro 2007.

FONSECA, Roberto G. *O paradoxo cambial e as exportações brasileiras*. Global 21 out.2005. Disponível em:
<<<http://www.netsix.com.br/cambra/cambra.nsf/8323fdf129114570852568e100701cd7/8904011b484b967b8325709a003e6195?OpenDocument&AutoFramed>>> Acesso 05 de dezembro 2006.

FUNCEX. *Base de Dados*. Disponível em <<<http://www.FUNCEX.com.br/basesbd/>>> Acesso: 10 setembro 2006.

FUNCEX. *Boletim de Comércio Exterior 2000-2006*. Fundação de Centro de estudos do Comércio Exterior. Disponível em: <<<http://www.FUNCEX.com.br/bolcomex.asp>>> Acesso em 05 setembro 2006.

FUNCEX. *Boletim Setorial 2000-2006*. Fundação de Centro de estudos do Comércio Exterior. Disponível em: <<<http://www.FUNCEX.com.br/bosetor.asp>>> Acesso em 05 setembro 2006.

GIAMBIAGI, F. “Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC”. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, F. “Rompendo com a ruptura: o governo Lula.” In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

GLOBAL 21. *ECONOMIA - Importação faz expansão do comércio se distanciar da indústria*. Disponível em:
<<<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=13248&tipo=noticia> >> Acesso em 07 dezembro 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. et.al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus 2ª edição, 1998.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

IPEADATA. *Dados Macroeconômicos*. Disponível em:
<<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?155776140>>> Acesso em: 10 dezembro 2006.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 4ª edição, 1999.

LACERDA Antônio C. *Exportações há o que comemorar?* Unicamp Junho 2006.

Disponível

<<http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/junho2005/clipping050602_estado.html>> Acesso: 20 outubro 2006.

LACERDA, ANTÔNIO C. et.al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. “Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995”. Disponível em: <<<http://www.cade.gov.br/legislacao/decretos/01602dec.asp>>> Acesso: 15 setembro 2006.

NAKAHODO, Sidney N.; JANK, Marcos S. *A falácia da” doença holandesa” no Brasil*.

Disponível em

<<http://www.iconebrasil.org.br/Documentos/Doenca%20Holandesa_final_Marco%2006.pdf>> Acesso em: 20 fevereiro de 2007.

RISSETE, Nícia P. A. *Impactos da Abertura Comercial na Especialização das exportações brasileiras: Uma Análise para a década de 90*. Curitiba, 2003. Disponível em: <<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2022/2/N%3Fcia+Pereira+de+Araujo+Rissete.pdf>>> Acesso em: 15 dezembro 2006.

SECEX. *Indicadores e estatísticas do Comércio Exterior*. Disponível em:

<<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/SECEX/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/balComercial.php>>> Acesso em: 11 setembro 2006.

SILBER, Simão D. *Mudanças na Economia Brasileira (1988-2002): Abertura, Estabilização e Crescimento*. Disponível em: <<<http://www.usp.br/prolam/simao.pdf>>> Acesso em: 12 janeiro 2007.

STUDART, Rogério. “Financiando o Desenvolvimento”. In: GIAMBIAGI, F. et al. *Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

TAVARES, Maria da C. *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WIKIPÉDIA. *Logística*. Disponível em:

<<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Log%C3%ADstica>>> Acesso em: 15 fevereiro 2007.